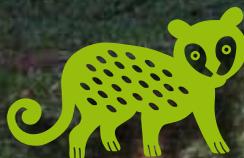


Projeto de
Desenvolvimento
do Ecoturismo na
Região da Mata
Atlântica no Estado
de São Paulo

2006 • 2013





Projeto de
Desenvolvimento
do Ecoturismo na
Região da Mata
Atlântica no Estado
de São Paulo

2006 • 2013

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
SÃO PAULO, 2013

Governo do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Bruno Covas

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Olavo Reino Francisco

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Daniela Carrera-Marquis

Coordenação Geral do Projeto de Ecoturismo

Luiza Saito Junqueira Aguiar - Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Annette Bettina Killmer - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

Organizadores

Érika Sayuri Koga - Coordenação

Annette Bettina Killmer

Aparecida Tieko Torii

Daniela Midori Kaneshiro

Fernando Kanni

Lie Schitara Schutzer

Luiza Saito Junqueira Aguiar

Marco Antonio de Almeida

Elaboração dos Mapas

Antonio Carlos Palácios

Ilustrações

Joana Paes Lira

Elisa Von Randow Cardoso

Joana Amador Siqueira

Manoela Muniz Machado Cavalcanti

Pedro Paes Lira

Revisão de Texto

Maria Cristina de Souza Leite

Projeto Gráfico

Vera Severo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CETESB, Biblioteca, SP, Brasil)

S242p São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente

Projeto de desenvolvimento do ecoturismo na região da Mata Atlântica no estado de São Paulo 2006-2013 [recurso eletrônico] / Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo ; Coordenação geral Luiza Saito Junqueira Aguiar, Annette Bettina Killmer ; Coordenação Érika Sayuri Koga ; Organizadores Érika Sayuri Koga...[et al.]. – São Paulo, SMA : 2013
80 p.: il. color. ; 30 cm

Publicado também na forma impressa

Disponível também em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br>>

ISBN 978-85-61405-56-4

1. Ecoturismo 2. Gestão Ambiental 3. Mata Atlântica - São Paulo (Estado) 4. Planejamento Ambiental 5. Políticas públicas I. Aguiar, Luiza Saito Junqueira (Coord). II. Killmer, Annette Bettina (Coord). III. Koga, Érika Sayuri (Coord. , org.). IV. Título.

CDD (21.ed. esp.) 333.7816 15208161

CDU (2.ed. port.) 502.15 : 338.48-6 (253:815.6)

Catalogação na fonte: Margot Terada CRB 8.4422



Em um dos biomas mais ricos do mundo – a Mata Atlântica – uma nova forma de enxergar e utilizar a biodiversidade ali presente transforma a vida da população e da região. Quando nos deparamos com as significativas melhorias no Vale do Ribeira nos últimos sete anos, a partir do Projeto de Ecoturismo, é fácil entender que as principais inovações estão na verdade em nossa maneira de conceber nossa realidade e de como buscamos lidar com ela.

Os Parques “Carlos Botelho”, Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso, Ilhabela, Intervales e Turístico do Alto Ribeira (mais conhecido como PETAR), com a iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, a participação ativa da população e do setor privado e o apoio do BID, compõem hoje o cenário de uma das maiores plataformas públicas de ecoturismo do Estado, recebendo anualmente quase 200 mil ecoturistas.

O caminho até aqui foi longo. A gestão do ecoturismo demanda o cuidado criterioso sobre variáveis diversas. A infraestrutura deve ser pensada sistemicamente e alinhada às demandas socioambientais. Também é necessário que se sustente economicamente e que promova o crescimento sustentável da população, da região, do estado e do país.

Hoje, os visitantes que passam por lá encontram história, consciência ambiental, segurança, organização, atendimento, além do deleite em presenciar verdadeiros espetáculos de uma natureza preservada. O nível de detalhe e cuidado nas distintas esferas da realização deste Projeto demonstra o empenho e compromisso de todas as instâncias envolvidas.

Quando os turistas deixam os parques, levam consigo o respeito à natureza e à população local. E para aqueles que ficam, o entendimento de que investir na utilização consciente da biodiversidade é o melhor caminho para os rumos de suas vidas e da humanidade.

Essa população local recebeu conhecimento em distintas áreas: monitoria ambiental, reforço das culturas artesanais, gestão de projetos, manejo agroflorestal, plano de negócios para áreas distintas, apicultura, primeiros socorros, entre outros, e está pronta para atender os visitantes.

O arcabouço legal, uma ferramenta essencial para transformar as ideias em realidade, começou com a legislação nacional, seguida de uma série de normativas estaduais, que muito consciente e construída com a participação cidadã, permitiram a materialização dos esforços empreendidos.

Os frutos deste Projeto cumprirão com seu papel na construção de uma sociedade de consumo mais responsável, servindo de referência para outras regiões do país, que seguramente poderão se beneficiar das lições aprendidas contidas nestas páginas. ↩

Visitem os Parques Estaduais Paulistas!

DANIELA CARRERA-MARQUIS
Representante do BID no Brasil

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica vai ao encontro do protagonismo paulista nas políticas ambientais. Foi um grande desafio convencer as pessoas de que o turismo pode ser encarado como estratégia de conservação da Mata Atlântica e de sua biodiversidade, esse patrimônio do Estado de São Paulo. Muitos viam a presença de turistas nas Unidades de Conservação como um fator de agressão à natureza.

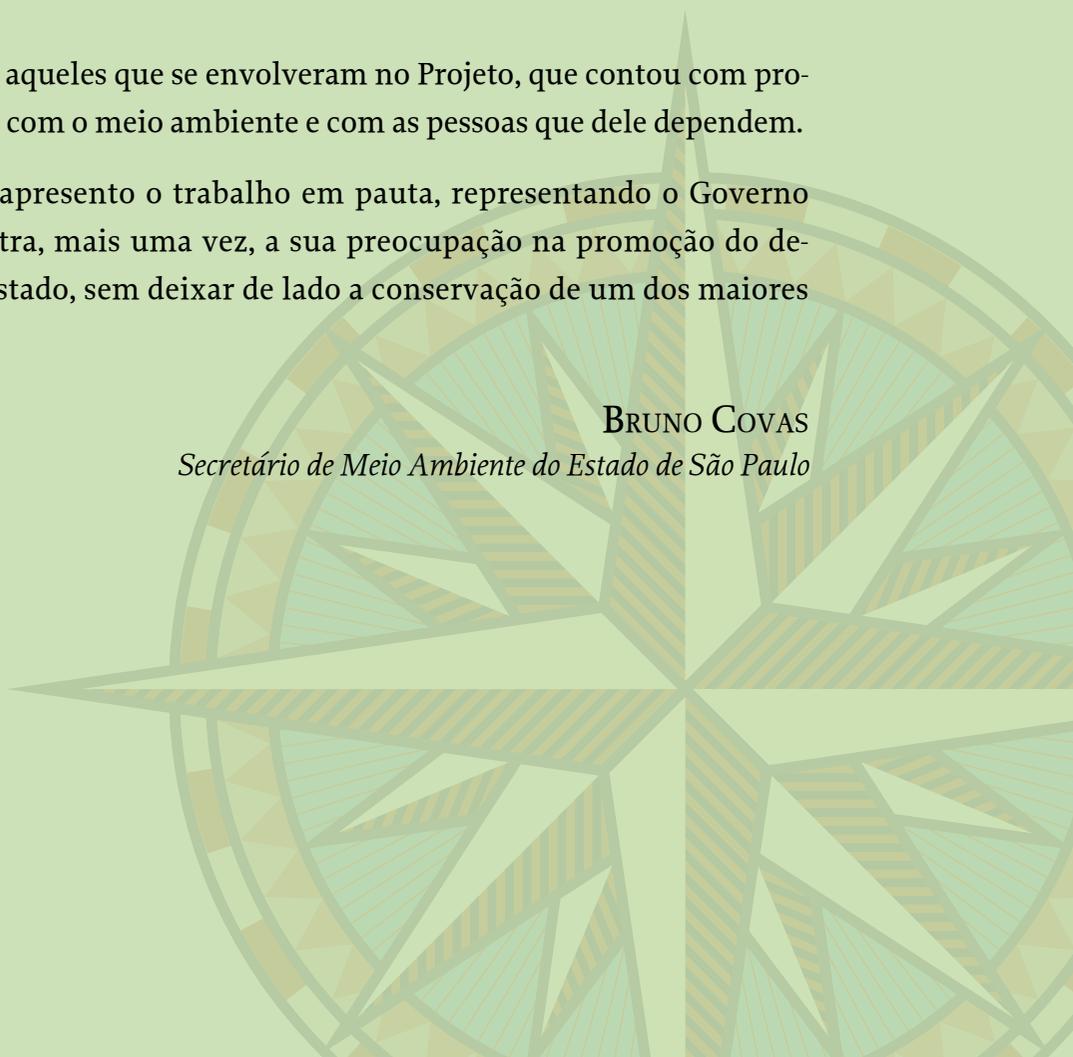
Os desafios encontrados ao longo da execução do Projeto foram muitos, como por exemplo: licitações desertas, convencimento da população local quanto à importância das ações, pioneirismo de certas atividades. Por isso, tenho certeza de que os resultados vão muito além dos números apresentados e das estruturas físicas construídas no âmbito do Projeto. Eles representam uma nova visão, uma nova estratégia de conservação, aliando geração de emprego e renda e conservação da natureza e estabelecendo a parceria entre a população do entorno e o Poder Público na conservação desses espaços.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID foi nosso grande parceiro nesse Projeto, mostrando mais uma vez interesse em unir forças com o Governo do Estado de São Paulo em prol das atividades desenvolvidas na área ambiental, cuja importância é de grande relevo para ambas as entidades.

Não posso deixar de agradecer a todos aqueles que se envolveram no Projeto, que contou com profissionais dedicados e comprometidos com o meio ambiente e com as pessoas que dele dependem.

Assim, é com grande satisfação que apresento o trabalho em pauta, representando o Governo do Estado de São Paulo, que demonstra, mais uma vez, a sua preocupação na promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado, sem deixar de lado a conservação de um dos maiores patrimônios deste País. ✎

BRUNO COVAS
Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo





sumário

- 1 Mata Atlântica: patrimônio para se proteger • 9
- 2 O ecoturismo como estratégia para conservação • 15
- 3 Parques Estaduais: consolidação como destinos ecoturísticos • 21
- 4 Desenvolvimento do produto turístico na área de influência do projeto • 53
- 5 Fortalecimento da capacidade de gestão do ecoturismo • 63
- 6 Resultados alcançados • 69



A lush green forest with a stream flowing through it. In the foreground, there are large, moss-covered rocks. The water is clear and reflects the surrounding greenery. The background is filled with dense foliage and trees.

1

Mata Atlântica:
patrimônio para
se proteger

Regiões do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e Litoral Norte



Mata Atlântica: patrimônio para se proteger



O estado de São Paulo chegou a ter 84% da sua superfície coberta pela Mata Atlântica. Atualmente, a cobertura desse bioma se encontra ao redor de 8%, o qual constitui 18% da superfície de Mata Atlântica em todo Brasil. Considerada uma das formações vegetais mais ricas em biodiversidade do planeta, porém ameaçada de extinção, a Mata Atlântica foi declarada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade e identificada por estudo internacional como um dos cinco *hotspots*¹ prioritários para a conservação ambiental em todo o mundo.

A Mata Atlântica no estado de São Paulo se concentra principalmente no litoral, que contém amostras expressivas desse bioma, e no Vale do Ribeira, que contém amostras em excelente estado de conservação.

Outra característica que se destaca na região do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema é a ocorrência de carste e as cavidades naturais subterrâneas a ela associadas. O carste do Alto Vale do Ribeira é único na América do Sul sob a floresta atlântica. Apresenta cavernas predominantemente com drenagem ativa e diversos espeleotemas.

As comunidades tradicionais que habitam a Mata Atlântica, principalmente, caiçaras, remanescentes de quilombos e caipiras, guardam características

1. É considerada *hotspot* uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenham perdido mais de 75% de sua vegetação original. Há 34 regiões dessas no planeta e, embora ocupem apenas 2,3% da superfície terrestre, abrigam 50% das plantas e 42% dos vertebrados conhecidos.



centenárias da colonização e preservam a cultura e o modo de vida.

Atualmente, a economia do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema está atrelada a exportação de produtos agrícolas e naturais, agregando escasso valor derivado da produção primária. A grande maioria dos empreendedores é de pequenos produtores agrícolas. O setor secundário se limita ao processamento de alguns produtos da mineração, registrando-se um pequeno número de estabelecimentos que ocupam um volume igualmente baixo de mão de obra.

Constatou-se, em 2005, que a população dos municípios do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema era de aproximadamente 280.000 pessoas, que tinham receitas relativamente pequenas, com IDH (0,727) significativamente menor do que o IDH médio do estado (0,814), taxa de analfabetismo era de 12% (frente a 6,6% para estado); a cobertura dos serviços sanitários se encontrava ao redor de 66% (frente a 85,7% para estado) e a taxa de mortalidade infantil era de 19,61 por mil nascidos vivos (frente a 16,07 para estado). Historicamente, a zona do Vale do Ribeira apresenta os menores índices de crescimento populacional do estado e o menor índice de densidade demográfica, com apenas 18 hab/km².

O Litoral Norte paulista tem uma população fixa da ordem de 260.000 pessoas e uma população flutuante estacional que chega a 1,5 milhão de pessoas, e cobre uma extensão de aproximadamente 1.977km², com vocação turística, por causa da presença de praias associadas a serras com mata densa. Essa área do estado vem se tornando uma região de casas de veraneio para as classes sociais abastadas da cidade de São Paulo assim como de outras regiões. A expansão urbana e dos serviços associados ao turismo exercem pressão sobre a ocupação do território. A atividade econômica da região privilegia o setor terciário, comércio e serviços, ao que se soma a atividade industrial gerada pelo terminal marítimo da Petrobrás.

O município de Ilhabela é um dos municípios de menor renda *per capita* da região. Sem dúvida, tal nível de receita não parece refletir o nível de desenvolvimento social da região; o IDH é relativamente similar ao dos municípios do Vale do Ribeira, e a cobertura dos serviços sanitários é significativamente menor (25% frente a 66% no Vale do Ribeira e 85,7% em todo o estado de São Paulo). O índice de crescimento populacional é em essência alto - 3,2%, mais do que o dobro da cifra para todo o estado, e o índice de densidade demográfica é de quase 1.000 hab/km².





UCs

Unidades de Conservação

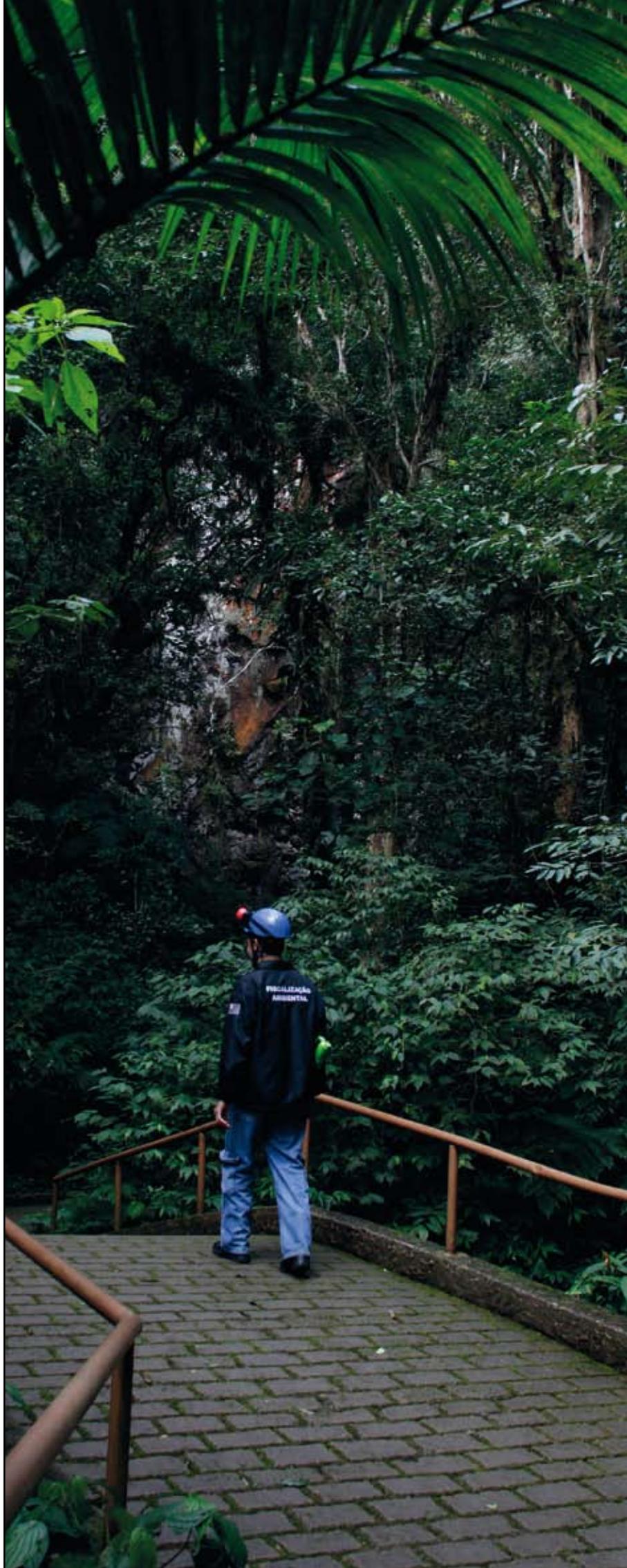
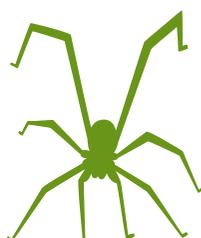
Mata Atlântica: patrimônio para se proteger

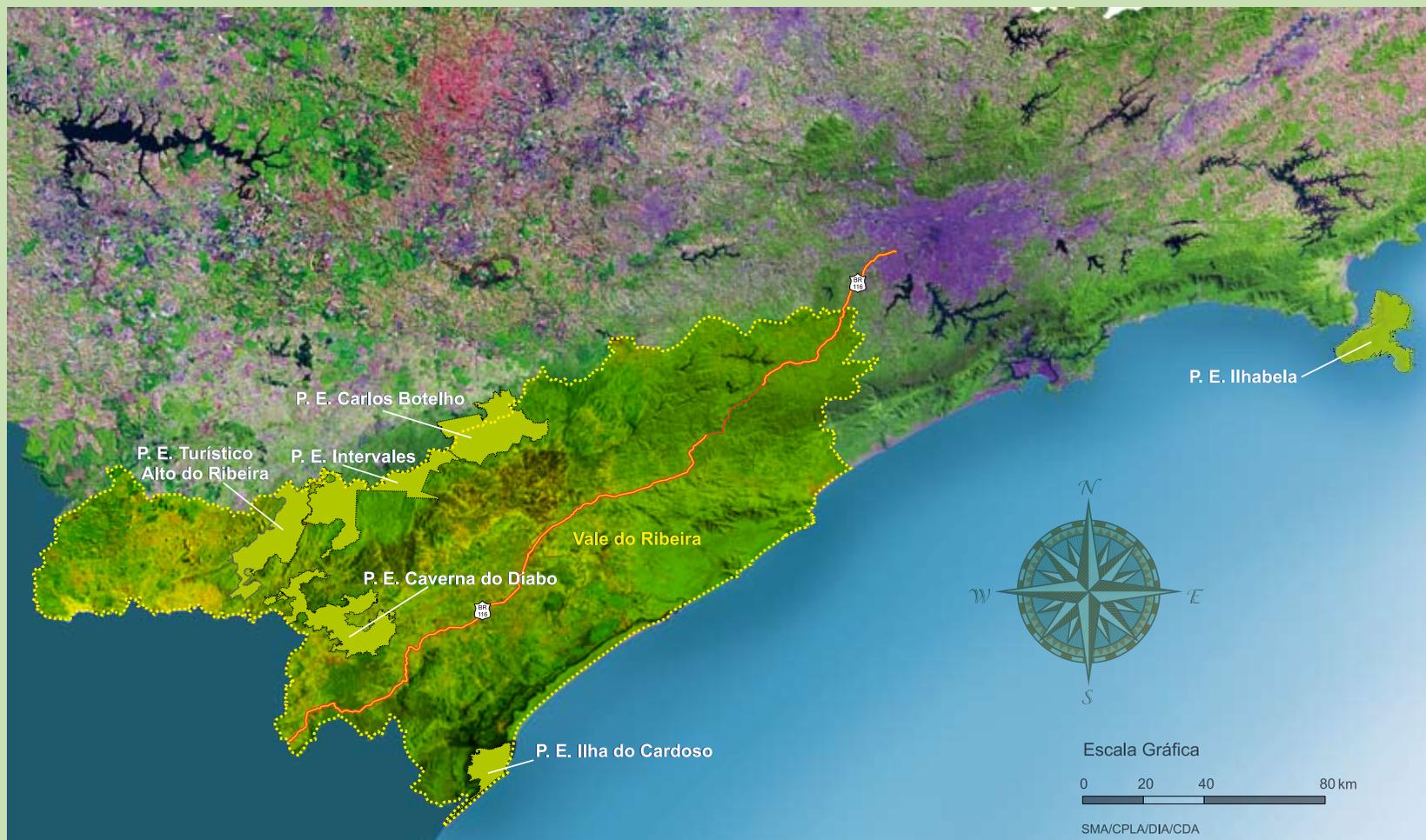
No estado de São Paulo, as Unidades de Proteção Integral chegam a cobrir mais de 900.000 hectares, equivalente a aproximadamente 3,6% do território paulista, distribuídas em diversas categorias de manejo, entre elas, 33 Parques Estaduais que, em sua maioria, protegem a Mata Atlântica.

As regiões do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e litoral de São Paulo, além de abrigar as mais extensas aéreas contínuas de remanescentes de Mata Atlântica do Brasil, concentram as maiores Unidades de Conservação (UCs), protegendo as florestas, as cavernas e seus habitantes.

Os órgãos estaduais responsáveis pela gestão de UCs, no estado de São Paulo, estão vinculados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Com a edição do Decreto Estadual nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que criou o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR, ficou estabelecido que a Fundação Florestal é o órgão responsável pela administração das UCs estaduais e o Instituto Florestal, pela gestão da pesquisa científica.

Em conjunto, as UCs componentes do Projeto de Ecoturismo ocupam os territórios de 13 municípios, distribuídos numa vasta região geográfica, abrangendo 205.261,11 hectares. A tabela a seguir lista os municípios abrangidos por áreas dos Parques Estaduais contemplados pelo Projeto e a figura mostra a localização e área de abrangência dos parques:





PARQUES ESTADUAIS CONTEMPLADOS PELO PROJETO DE ECOTURISMO



PARQUE ESTADUAL

"CARLOS BOTELHO" (PECB)

MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Capão Bonito e Tapiraí



INTERVALES (PEI)

Ribeirão Grande, Sete Barras, Guapiara, Iporanga e Eldorado



TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA (PETAR)

Iporanga e Apiaí



CAVERNA DO DIABO (PECD)

Barra do Turvo, Cajati, Eldorado e Iporanga



ILHA DO CARDOSO (PEIC)

Cananeia



ILHABELA (PEIB)

Ilhabela





2

O ecoturismo
como estratégia
para conservação



O Governo do Estado de São Paulo reconhece no ecoturismo uma oportunidade para compatibilizar a proteção ambiental com o crescimento econômico. As UCs que protegem os remanescentes de Mata Atlântica constituem atrativos capazes de atrair o turismo regional e uma parte da crescente demanda internacional por este tipo de turismo.

Desde o início de suas gestões, os parques sofrem de alguns problemas que são comuns a outros parques do Brasil, tais como:

- (i) desenvolvimento insuficiente de procedimentos para a gestão de visitantes;
- (ii) baixos padrões de qualidade da infraestrutura turística, o que não permite a ampliação para um público regional com maior poder aquisitivo ou para o turismo internacional;
- (iii) gestão limitada da atividade turística, que carece de visão e experiência na gestão da visitação pública como sendo uma atividade econômica produtiva;
- (iv) arrecadação gerada pela entrada e alojamento de visitantes é limitada e também não é investida diretamente nos parques de origem;
- (v) baixo número de atrativos com estrutura para receber turistas; e,
- (vi) falta de integração com o setor privado e ausência de mecanismos de promoção adequados.

Contexto para assinatura do contrato de empréstimo



O Ecoturismo como estratégia para conservação



As atividades turísticas podem melhorar a arrecadação dos parques localizados no Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e Litoral Norte. A avaliação da realidade dos parques em relação ao potencial de novas atividades, demonstraram a necessidade de implementar ações voltadas para:

- * a adoção de uma estratégia de desenvolvimento do ecoturismo que implique em um salto de qualidade da oferta de serviços e estruturas;
- * o aumento da arrecadação a partir do incremento da visitação pública, incorporando o setor privado na operação de serviços turísticos; e,
- * o apoio à diversificação do produto turístico fora dos parques, para complementar e ampliar a oferta.

- * Valor total do empréstimo: US\$9.000.000,00
- * Valor da contrapartida do Governo do Estado de São Paulo: US\$6.000.000,00
- * 98,15% do empréstimo desembolsado
- * Prazo total do Contrato de Empréstimo: 6 anos e 10 meses
- * Realização de TRINTA Visitas Técnicas e Missões do BID
- * CINCO Gestores do Contrato pelo BID: Marco Antonio Mendes (mar./2004 a set./2007) Juan Poveda (set./2007 a mar./2008 e mar./2009 a ago./2009), Jorge Meza Robayo (mar.2008 a mar./2009), Joseph Milewsky (ago./2009 a dez./2011) e Annette Bettina Killmer (dez./2011 a abr./2013)
- * CINCO Coordenadores de Gestão Técnica do Projeto de Ecoturismo: Luis Paulo Ferraz (mar.2005), Sérgio Salvati (mar./2005 a ago./2006), Lucila Maria Barbosa Egydio (ago./2006 a abr./2007), Anna Carolina Fonseca Lobo de Oliveira (abr./2007 a jul./2011) e Luiza Saito Junqueira Aguiar (jul./2011 a abr./2013)

Cooperação BID e Estado de São Paulo

O Ecoturismo como estratégia para conservação

A cooperação entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Estado de São Paulo baseou-se em um alinhamento de estratégias e políticas, que originou uma parceria que não se limitou apenas a este Projeto, mas também a outros voltados para a promoção de benefícios sociais e ambientais.

O Projeto, focado em promover o ecoturismo como elemento que permite compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos recursos e serviços ecossistêmicos da Mata Atlântica, vem ao encontro de prioridades estratégicas do BID no Brasil.

A estratégia do BID para cooperação no Projeto estabeleceu três objetivos: (i) promover o crescimento sustentável, com estabilidade e sustentabilidade ambiental; (ii) reduzir a pobreza, promover a inclusão social e maior igualdade social e regional e (iii) apoiar o fortalecimento institucional. Para atingir esses objetivos, o Banco destacou como metas, entre outras, o investimento no setor de turismo, a importância de se apoiar a produtividade de pequenas e médias empresas e os necessários investimentos em infraestrutura.

O destaque do setor de turismo na estratégia de cooperação do Banco com o Brasil refletiu importantes iniciativas federais e estaduais no setor. No âmbito federal, dois programas foram de especial relevância para o Projeto de Ecoturismo: o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (MICT, 1994) e o Programa Nacional de Regionalização de Turismo (MTur, 2003), ambos caracterizados pela descentralização da atividade e do fortalecimento da gestão turística em nível local. Por sua vez, o Estado de São Paulo elaborou as Diretrizes para a Política Estadual de Ecoturismo (SMA, 1997), voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo como um setor estratégico de crescimento regional compatível com as políticas de proteção de áreas naturais.

O Projeto de Ecoturismo se encaixa plenamente nesses marcos estratégicos do Banco, do Estado de São Paulo e da União. O vínculo entre crescimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental é o princípio central do Projeto.

Neste sentido, o Projeto demonstrou sua importância ao catalisar o potencial turístico existente, removendo os gargalos e fatores limitantes que impediam um aproveitamento sustentável dos recursos e da biodiversidade. As atividades desenvolvidas atingiram seis parques estaduais que têm um elevado potencial, como provedores de benefícios socioeconômicos, com base em suas riquezas naturais e na possibilidade de desenvolver um destino turístico integrado no Vale do Ribeira e no Litoral Norte, apto a atender distintos visitantes com um padrão qualitativo comum de visita.

Desde a concepção do Projeto, se enfatizou a importância em se alcançar um efeito demonstrativo e aprendizagem sobre como fortalecer o potencial econômico e a proteção do patrimônio natural dos parques conjuntamente. Dessa maneira, o impacto do Projeto foi além dos benefícios diretos para os seis parques, atingindo também as empresas e comunidades ao seu redor.

O intuito foi também gerar benefícios indiretos por meio de uma nova mentalidade, consubstanciada em encarar o ecoturismo como uma das formas de preservação da natureza, bem como por meio de capacidade institucionalizada de gestão do ecoturismo nos parques estaduais de São Paulo, servindo ainda como fonte de lições aprendidas para outras atividades nessa área.

Pode se observar, assim, que este trabalho demonstra que o Projeto conseguiu promover esses benefícios diretos e indiretos, e a presente publicação é um elemento importante na divulgação das lições aprendidas, servindo de parâmetro para outros investimentos a serem feitos nas Unidades de Conservação do País.

Objetivos e componentes estratégicos do Projeto

O Ecoturismo como estratégia para conservação

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica teve como propósito organizar as UCs como produtos turísticos para atrair, reter e satisfazer um mercado diversificado de visitantes, visando consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência do Projeto, como estratégia de conservação da Mata Atlântica e em apoio ao desenvolvimento socioeconômico da região.

Os objetivos específicos do Projeto foram:

- (i) melhorar os equipamentos turísticos e a organização dos parques estaduais para a gestão do ecoturismo;
- (ii) organizar e consolidar o produto turístico na área de influência direta do Projeto; e,
- (iii) fortalecer a capacidade de gestão do ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), na Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e nos parques participantes no Projeto.

Em razão de seus objetivos, as atividades foram organizadas em três componentes estratégicos, que se interligam e se complementam, dando coerência ao Projeto, conforme ilustra a figura a seguir.

Num primeiro momento, a prioridade foi dada para a estruturação dos parques, concomitantemente com os estudos dos desenhos estratégicos dos pro-



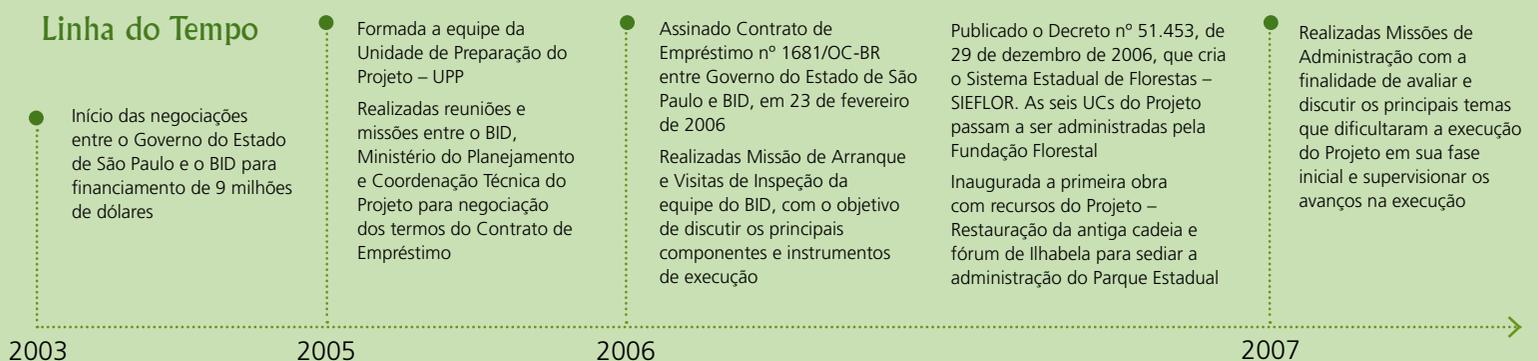
duto e roteiros de ecoturismo. Em seguida, com um estágio avançado da estruturação e organização da visitação pública nos parques, as ações focaram-se na sensibilização e capacitação dos diversos atores pertencentes à cadeia do produto turístico na área de influência dos parques.

O processo para consolidação do produto ecoturismo encaminhou-se, de forma articulada com os parques, as comunidades do entorno, demais órgãos dos governos municipal e estadual, da iniciativa privada, bem como as ONG's e demais atores envolvidos ao longo das ações.

A mobilização dos envolvidos, juntamente com atividades de divulgação dos parques, promoverem um incremento na visitação e satisfação de visitantes, tendo como pano de fundo as UCs da Mata Atlântica eficientes na proteção da sua biodiversidade.

As principais ações serão descritas detalhadamente nos capítulos seguintes, separadamente por componente estratégico.

Linha do Tempo



Organização Institucional do Projeto de Ecoturismo

O Ecoturismo como estratégia para conservação

Para execução das atividades do Projeto de Ecoturismo, foi instituída a Unidade de Coordenação do Projeto – UCP, dividida em uma Coordenação de Gestão Técnica e cinco Núcleos Temáticos que atuaram de forma articulada e integrada.

As atribuições de cada divisão foram assim estabelecidas:

I - Coordenação de Gestão Técnica:

coordenar e supervisionar a execução do Projeto; relacionar-se com as unidades do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - FF; administrar a aplicação dos recursos financeiros na execução do Projeto; autorizar a abertura das licitações e celebrar as contratações de bens e serviços, conforme a legislação vigente.

II - Núcleo de Controle e Monitoramento:

composto por técnicos com experiência em aquisições e em gestão de projetos: responder pelo controle e monitoramento dos procedimentos relativos às aquisições e contratações; responder pela organização administrativo-financeira, orçamentária e operacional do Projeto, em articulação com as demais unidades.

III - Núcleo de Infraestrutura e Paisagem:

composto por engenheiros civis com experiência em projetos e execução de obras e/ou arquitetos com

experiência em projetos e execução de obras, paisagem, programação visual e projetos expositivos: responder por todos os assuntos referentes às intervenções físicas (projetos e obras civis) ocorridas no âmbito do Projeto;

IV - Núcleo de Gestão da Visitação para o Ecoturismo:

composto por técnicos com experiência em gestão de visitação em UCs e turismo: responder por assuntos relativos à implantação de um sistema de recepção e ordenamento da visitação nos Parques Estaduais abrangidos pelo Projeto.

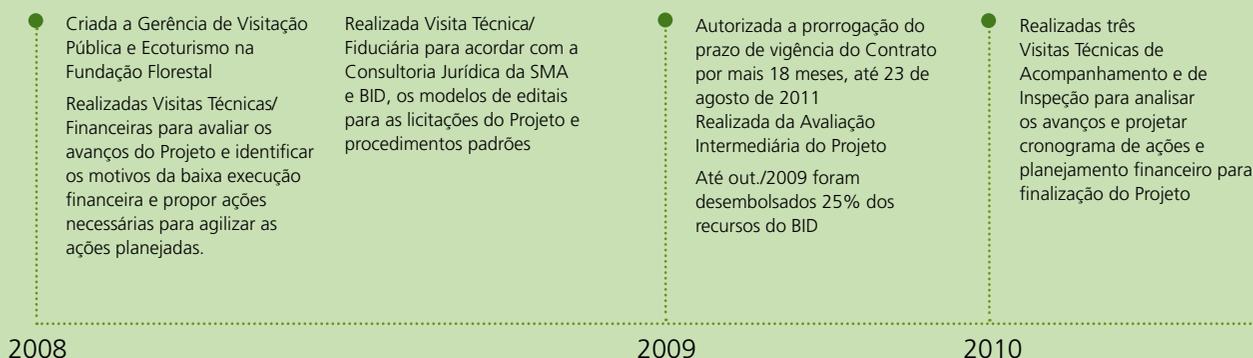
V - Núcleo de Apoio à Cadeia Produtiva do Turismo:

composto por técnicos com experiência em mobilização comunitária e condução de equipes: responder por ações destinadas às comunidades, aos micros, pequenos e médios empresários da cadeia produtiva do turismo e aos municípios da zona de influência dos Parques Estaduais, visando fomentar tais participações nos benefícios do Projeto.

VI - Núcleo de Comunicação e Marketing:

composto por técnicos da área de marketing e negócios turísticos: responder por assuntos relacionados ao mercado turístico, principalmente promoção e gerenciamento de planos de parcerias com o setor privado, ações de planejamento, marketing, campanha publicitária voltada para a promoção do ecoturismo nos Parques Estaduais e respectivas áreas de influência, comunicação com visitantes, mercado e mídia em geral.

O gerenciamento do Projeto se constitui em um processo que combina planejamento, orçamento, aquisições, controles internos, acompanhamento físico-financeiro, desembolsos e demonstrativos financeiros,





com a finalidade de administrar com economia e eficiência os recursos do Projeto. Assim, ao longo da execução deste Projeto se fez necessária uma análise permanente do progresso no tocante aos resultados e atividades dos investimentos programados, considerando os impactos socioeconômicos, financeiros e ambientais pertinentes. Para tanto, contratou-se um serviço técnico para montar o sistema de monitoramento e avaliação do Projeto, com a função de acompanhar, medir e avaliar os resultados dos impactos do Projeto.

Para estruturar os planos de ação para cada um dos componentes estratégicos previstos, o Projeto de Ecoturismo previu a contratação de Grupos Assessores para dar assistência técnica à Unidade de Coordenação do Projeto. Planejadas para apoiar, organizar e monitorar a execução e gestão dos componentes do Projeto, foram realizadas três contratações de empresas de assessoria técnica profissional, com objetivos específicos:

I – Grupo Assessor de Engenharia:

gerenciar e supervisionar as obras civis previstas para cada um dos Parques Estaduais inseridos no Projeto de Ecoturismo; realizando o acompanhamento técnico e a

fiscalização dos serviços efetuados pelas empreiteiras.

II – Grupo Assessor de Marketing Turístico:

prover serviços de assessoria técnica nas ações relacionadas aos assuntos de negócios e marketing turísticos do Projeto, bem como no estabelecimento de capacidade para ações de marketing e promoção de ecoturismo em Unidades de Conservação, além de apoiar a concepção e implantação de diretrizes para uma constante e eficiente comunicação com os stakeholders (visitantes, funcionários, mercado e mídia em geral).

III – Grupo Assessor da Cadeia Produtiva:

prover assessoria técnica para internalização e homogeneização dos conceitos do Projeto na Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal e Fundação Florestal, bem como na estruturação da cadeia produtiva do turismo na área de influência dos Parques contemplados no Projeto e na identificação dos temas necessários à capacitação das comunidades, dos micros, pequenos, médios empresários e dos poderes públicos municipais, para fomentar o ecoturismo e a inclusão das comunidades locais na economia da região. ✦

	Valores (R\$)	Empresa Contratada
Gerenciamento e Supervisão de Obras Civis	920.422	Geribello Engenharia Ltda.
Grupo Assessor para Estruturação da Cadeia Produtiva do Ecoturismo	255.000	FUNDAC - Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação
Sistema de Monitoramento de Impactos do Projeto	246.875	NT Consult Ltda.
Grupo Assessor em Negócios e Marketing Turísticos	200.700	Industrias Criativas Estratégias e Projetos Ltda.
Grupo Assessor em Arquitetura e Engenharia	53.113	CPOS - Cia. Paulista de Obras e Serviços
TOTAL	1.676.110	

Realizadas três Visitas Técnicas de Acompanhamento para realizar uma análise de riscos associados aos cinco meses remanescentes de execução do Projeto e discutir proposta de estratégias para prorrogação do Contrato de Empréstimo
A Comissão de Financiamentos Externos aprova a prorrogação do prazo de desembolso dos recursos até 23 de dezembro de 2012

2011

Realizada a Visita Técnica de Acompanhamento para analisar os avanços do Projeto e realizar uma análise dos riscos associados aos nove meses remanescentes de execução
Realizada a Visita de Supervisão Financeira com 87% dos recursos do BID desembolsados

2012

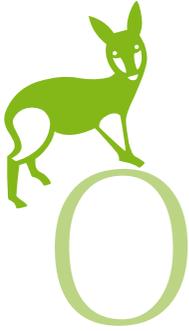
Realizado Seminário de Encerramento do Projeto com a avaliação final do Consultor do BID e o lançamento dos produtos de divulgação “Ecoturismo nos Parques Paulistas”

2013

3

Parques Estaduais:
consolidação como
destinos turísticos





O primeiro componente estratégico visou a revitalização e construção da infraestrutura turística em seis Parques Estaduais do estado de São Paulo com o intuito de atrair e melhor atender os visitantes. Os parques abrangidos em seu início foram: Parque Estadual “Carlos Botelho” (PECB); Parque Estadual Intervales (PEI); Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR); Parque Estadual Jacupiranga (PEJ); Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) e Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Em 2008, o Parque Jacupiranga transformou-se em um Mosaico de UCs e somente uma parte dele, correspondente ao Parque Estadual da Caverna do Diabo (PECD), permaneceu no Projeto.



Descrição da Estratégia

Parques Estaduais: consolidação como destinos turísticos

3

“O ecoturismo é uma importante ferramenta de conservação do meio ambiente e geração de receitas para as Unidades de Conservação”

Olavo Francisco, Diretor Executivo da Fundação Florestal, durante abertura do Seminário do Projeto de Ecoturismo

Valores dos Investimentos

	Valores (R\$)	Empresa Contratada
Revitalização do Núcleo Perequê - PEIC	7.923.341	Lacon Engenharia
Construção da Pousada Lontra - PEI	3.533.003	Lacon Engenharia
Implantação de trilhas e atrativos	1.608.565	Tectom Serviços Verticais
Revitalização do Núcleo Caverna do Diabo	1.352.865	Tropical Engenharia
Revitalização do Núcleo Santana - PETAR	1.302.457	Tropical Engenharia
Exposições temáticas para os Centros de Visitantes dos Parques	1.268.375	Ecoview Marketing
Implantação da rede de energia e iluminação da Caverna do Diabo	1.232.290	Fares & Fares / Engecon Engenharia
Estudos e Projetos Executivos	1.904.991	Diversas
Construção de estruturas na Estrada Parque PECB	876.359	EBCI
Reforma da antiga cadeia e fórum de Ilhabela	739.534	Fazer Construções e Engenharia
Concepção de identidade visual para os Parques	578.081	Idom Ingenieria
Plano de contingência e gerenciamento de riscos	560.000	Modulo Security
Implantação de sinalização para os Parques	400.000	Sinalta Propista
Mobiliários para os Parques	391.476	Diversas
Equipamentos e utensílios para os Parques	344.196	Diversas
Veículos e embarcações	313.500	Diversas
Plano de monitoramento de impacto da visitação	137.300	BK Consultoria
Outros	70.912	Diversas
TOTAL	24.537.245	



Principais Ações

Parques Estaduais: consolidação
como destinos turísticos



I. Revitalização do Núcleo Perequê Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC)

O Núcleo Perequê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, antes do Projeto de Ecoturismo, era voltado principalmente para pesquisas, e, algumas das edificações existentes encontravam-se subutilizadas ou sem nenhuma utilização. Ao mesmo tempo, grupos de escola, de turistas e visitantes das cidades da região buscavam o Parque com intuito de estudo de meio, educação ambiental, ecoturismo e observação de fauna e flora, além do lazer de forma ampla. Assim, vislumbrou-se a revitalização dos espaços para adaptá-los a um público mais diversificado e oferecer estruturas com qualidade e segurança a todos os visitantes.

As melhorias contemplaram reformas do alojamento, administração, restaurante, museu, auditório, sanitários, centro de visitantes, além de construção de novas estruturas turísticas tais como mirante, recepção do píer e trilha suspensa sobre o manguezal. O núcleo se estruturou para receber visitantes com diversos perfis, inclusive portadores de necessidades especiais.







II. Construção da Pousada Lontra Parque Estadual Intervales (PEI)

O Parque Estadual Intervales é um dos pioneiros no desenvolvimento do programa de uso público dentro de áreas protegidas em São Paulo. Dentro da sede, existe uma estrutura para hospedagem, além de restaurante, centro de monitoria e áreas para recreação. O Parque é uma referência na visita para estudo do meio, e diversas escolas dos municípios do entorno, como também da capital e de outras regiões do estado, incluem a visita com hospedagem nas suas agendas escolares. Além disso, a exuberância da Mata Atlântica e o local propício para observação de aves atraem, cada vez mais, um número de adeptos às atividades de natureza para o parque.

Diante desse crescimento de hóspedes dentro do Parque, o Projeto de Ecoturismo almejou a construção de novos meios de hospedagem para possibilitar o receptivo desse fluxo de visitantes.

A concepção da Pousada Lontra contemplou quatro módulos de construção, com estrutura em madeira de reflorestamento tratada para harmonizar com a bela paisagem ao qual está inserida, na frente do lago. O módulo central é para uso comunitário, contendo salão para convivência, varanda para contemplar a região e uma bancada enorme para lazer e churrasco. Os outros três módulos são para hospedagem com quatro suítes cada, totalizando doze apartamentos, sendo seis suítes com mezanino. A pousada tem capacidade para hospedar sessenta pessoas. Um dos módulos de hospedagem possui uma suíte adaptada para pessoas com necessidades especiais.







III. Implantação de trilhas e atrativos

A implantação de trilhas e estruturação de novos atrativos dentro dos parques tem como meta potencializar a atratividade dos parques, fornecendo instrumentos facilitadores para a educação ambiental, além de incluir a construção e reforma de equipamentos facilitadores de acesso, de segurança e de sinalização.

Também foi estudada a implantação da trilha de longo percurso, chamada Trilha do Continuum, com cerca de 190 km de extensão, que interligará três Parques Estaduais integrantes da Reserva da Biosfera: PETAR, Intervalos e “Carlos Botelho”. A proposta da trilha é utilizar os trechos já existentes e criar condições de caminhada interligando esses caminhos, baseando-se em casos internacionais como as trilhas do Nepal e a Appalachian Trail nos Estados Unidos. Assim, lançou-se um produto diferenciado, uma trilha com dimensões nunca antes trabalhada na Mata Atlântica.

Além disso, com a evolução das discussões, a trilha passou a ser vista como uma estratégia de ocupação territorial de áreas dos parques que passam por conflitos de uso como a extração ilegal de espécies de plantas, caça, queimadas, desflorestamento, entre outros, contribuindo assim, para um melhor processo de fiscalização e monitoramento do ecossistema.

Os trechos implantados com recursos do Projeto de Ecoturismo distribuem-se pelos seis parques, incluindo a Trilha do Continuum e trilhas adaptadas para pessoas com deficiência, conforme tabela a seguir:

TRILHA DO CONTINUUM	
Trecho	Extensão (m)
Núcleo Santana (PETAR) – Núcleo Caboclos (PETAR)	24.424
Núcleo Caboclos (PETAR) – Base Bulha d'Água (PETAR)	22.833
Base Bulha d'Água (PETAR) – Sede P.E. Intervalos (PEI)	25.006
Total	72.263



O trecho da trilha do Continuum implantado levará de quatro a sete dias para percorrer a pé, dependendo do grupo e da experiência de cada aventureiro. Não será necessário percorrer os 72 km em uma única empreitada, pois há pontos de saída, localizados nos núcleos e bases dos Parques Estaduais.

Trilhas adaptadas

Uma das trilhas implantadas pelo Projeto foi estruturada totalmente para receber pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, seguindo a norma de acessibilidade ABNT NBR 9050. A trilha do Araçá recebeu parcialmente a adaptação, apenas em trechos de pontes e pinguelas.

Parque	Trilha	Extensão (m)
PECB	Bromélias	403
PECD	do Araçá	815

Todas as trilhas revitalizadas receberam também placas de entrada de trilha, com informações sobre necessidade ou não de acompanhamento de monitor, tempo de percurso, grau de dificuldade (conforme norma ABNT NBR 15505-2), pontos de interesse, entre outros dados importantes para os caminhantes. As novas trilhas, além de opções de lazer e contemplação para os visitantes do parque, foram idealizadas também para aumentar o interesse pelos aspectos naturais necessários ao usufruir áreas naturais.







IV. Revitalização do Núcleo Caverna do Diabo Parque Estadual da Caverna do Diabo

O Parque abriga uma das maiores cavernas do estado, a Caverna do Diabo, com 6.340 metros de extensão. Essa caverna possui estruturas de corrimões, passarelas e iluminação que facilitam o acesso dos visitantes.

Na época em que a estrutura para visitação da caverna foi construída, a lógica que orientou os investimentos em infraestrutura era baseada na ideia de proporcionar fácil acessibilidade, conforto e segurança para o visitante, atraindo assim, o maior número de turistas possível. Hoje, a visitação é movida pelo princípio do mínimo impacto, ou seja, em um ambiente natural deve ser feita uma quantidade mínima de adaptações ou alterações, mantendo o ambiente o mais natural possível.

Para complementar a infraestrutura do núcleo, foram reformados restaurante, cozinha e sanitários, e o antigo museu e auditório deu espaço para uma exposição temática e permanente para enriquecer o conhecimento dos visitantes sobre a região do entorno e sobre o Parque.

V. Nova iluminação da Caverna do Diabo

A Caverna do Diabo é um dos pontos turísticos mais populares e conhecidos do estado de São Paulo. Visitada desde os anos 1940, tornou-se um grande atrativo turístico, nos anos 1960, quando recebeu a maioria das atuais estruturas, sob a administração da Estrada de Ferro Campos do Jordão. As passarelas em concreto e represamento do curso de água no interior da caverna, assim como as estruturas externas, são dessa época. Essas estruturas permitiram a visitação massiva em um

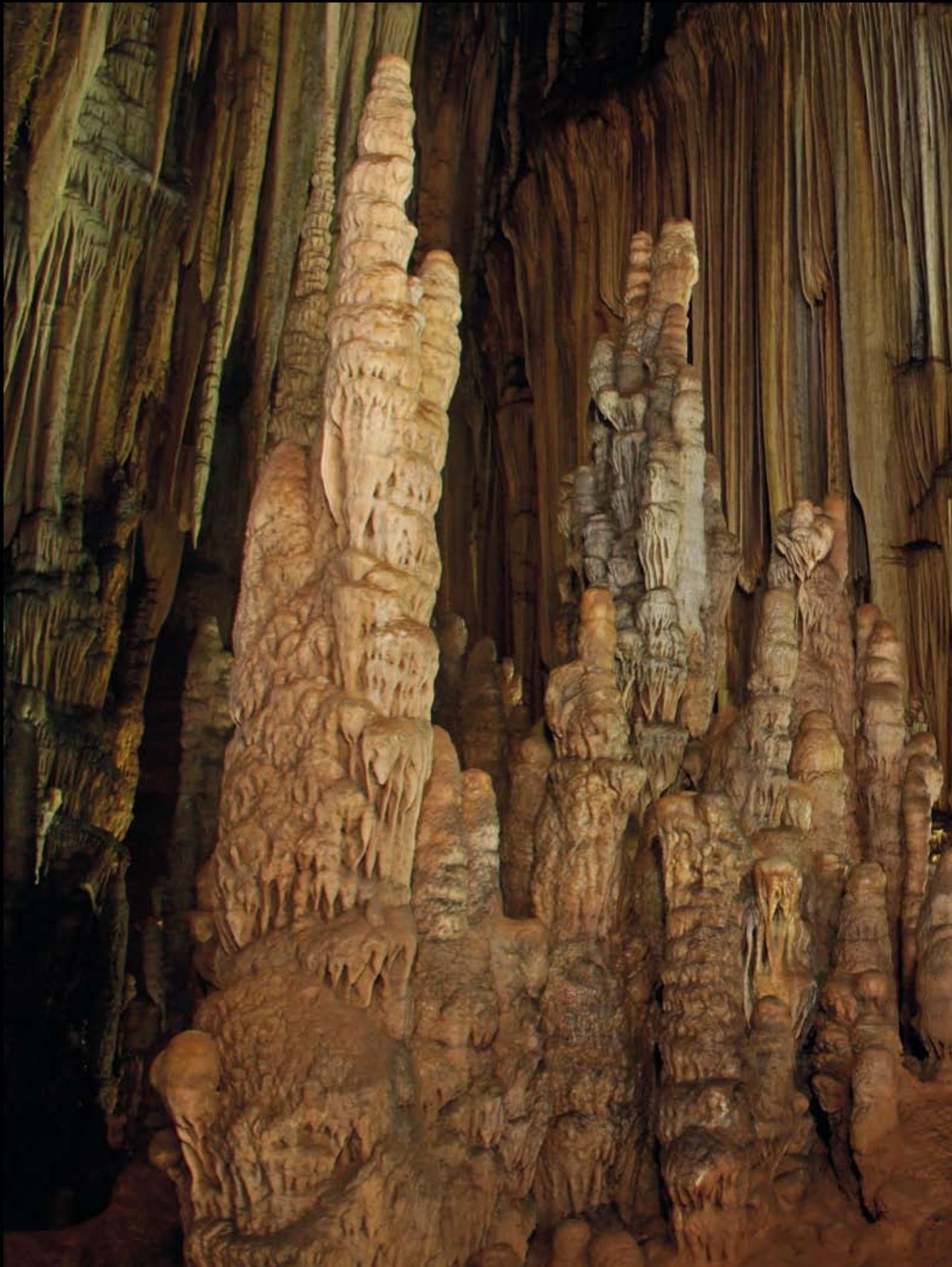
modelo de turismo que não tinha muita preocupação com seus impactos. Atualmente, sob a administração da Fundação Florestal – FF, esse quadro alterou-se. Hoje são adotados procedimentos com o intuito de reduzir os possíveis impactos. Sendo um importante atrativo que movimenta a economia regional, passou a ser uma fonte de renda para a população do entorno imediato, formada, principalmente, por quilombolas.

Na concepção do Projeto de Ecoturismo, foi elencada, como prioridade, a iluminação do trecho aberto à visitação, tanto pelo estado de deterioração dos equipamentos existentes quanto, e principalmente, pela criação do controle efetivo dos impactos da iluminação.

Uma obra preliminar foi realizada para evitar os constantes problemas com a rede elétrica de alta-tensão, por causa do desgaste com os temporais da região. Essa reforma também foi subsídio para alimentar o novo sistema de iluminação da Caverna do Diabo. Uma inovação tecnológica foi desenhada por equipe de engenheiros eletricitistas, espeleólogos e outros especialistas, transformando a visita à caverna numa aventura entre a escuridão e iluminação.

Com o novo sistema de iluminação, a visitação à caverna foi dividida em seis setores, que podem ser acionados separadamente. Com a monitoria especializada de guias, é possível realizar uma interpretação diferenciada dos espeleotemas, despertando ainda mais a curiosidade e interesse dos visitantes. Ao longo do percurso, o monitor também pode acionar lâmpadas com produção de alto fluxo luminoso, direcionadas a alguns detalhes da caverna, tanto os grandes, como os pequenos, que poderiam passar despercebidos ao olhar comum.







VI. Revitalização do Núcleo Santana – PETAR

Para melhorar ainda mais a recepção dos visitantes no Núcleo Santana do PETAR foi construída uma edificação de dois andares, bem ampla, a fim de ser um espaço de convivência, receptivo aos grupos e visitantes, e também para prestar serviços de apoio, como banheiros e lanchonete. Conhecido como Centro de Visitantes, o edifício foi inaugurado em junho de 2009. Contempla uma exposição temática interativa sobre o Parque no segundo andar; e lanchonete, loja de artesanato, auditório e sala para primeiros socorros no térreo. Foi instalado um elevador com acesso para cadeiras de rodas para se chegar ao segundo andar.

Outra infraestrutura construída pelo Projeto foi o mirante de pedras no Núcleo Santana, composto por dois patamares, onde é possível ter uma visão geral de Mata Atlântica protegida na área do parque. É um ponto perfeito para uma foto da paisagem e ainda é possível ouvir e avistar diversas aves.



Lanchonete e loja do PETAR: lições aprendidas sobre parcerias



Após a construção das novas estruturas de negócios, firmaram-se parcerias entre o PETAR e duas associações da região do entorno do parque para administrar a lanchonete e a loja de artesanatos. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Garcias – Apiaí passou a gerenciar a lanchonete e a oferecer alimentação para os visitantes do Núcleo Santana. E, a Associação dos Artesãos de Apiaí – Custódia de Jesus da Cruz começou a vender seus artesanatos e produtos associados à visitação na loja localizada dentro do Centro de Visitantes. O intuito das parcerias foi prover novas oportunidades econômicas para as comunidades locais e também agregar serviços à experiência de visita ao Parque.

As parcerias com as associações foram um importante aprendizado sobre a gestão de terceiros dentro das UCs. De acordo com Luiz Rodrigo Pisani – gestor do PETAR –, a experiência adquirida foi relevante para que os envolvidos (comunidade local, monitor, gerente de restaurante, dono da operadora de turismo, gestão do parque etc) aprendessem a trabalhar juntos visando serviços de boa qualidade e uma melhor estrutura de visitação no parque.

“Sem dúvida, o caso da gestão da lanchonete e a loja de artesanato dentro do Centro de Visitantes do PETAR é uma das lições aprendidas para avançarmos em formatos diferentes de permissão de uso. O Decreto que instituiu o programa de parcerias para UCs e a reforma da Lei de Concessões para aumentar o prazo para 35 anos são exemplos desse caminho”

Fabricio Matheus – Núcleo de Novos Negócios e Parcerias para a Sustentabilidade da Fundação Florestal







VII. Novas estruturas de apoio ao visitante na Estrada-Parque de “Carlos Botelho”

A Rodovia SP-139 Nequinho Fogaça (Estrada Parque) tem uma extensão de 33 quilômetros que atravessa o Parque Estadual “Carlos Botelho” – PECB, dividindo-o em duas parcelas com áreas praticamente equivalentes, e efetuando a interligação entre a Sede, situada no município de São Miguel Arcanjo (km 78), e o Núcleo Sete Barras (km 45), no município de Sete Barras.

Essa rodovia, muito sinuosa e sem acostamento, construída na década de 1940, é dotada de riquíssima beleza cênica e de grande interesse público, uma vez que milhares de pessoas a utilizam como meio de interligação entre o Planalto de Paranapanema com o Vale do Ribeira.

Nesse sentido, construiu-se uma infraestrutura de apoio ao visitante, implantada ao longo da Estrada, para auxiliar as atividades de uso público de forma segura e orientada. As estruturas implantadas foram:

- * Portal com guarita lateral – km 46,7;
- * Mirante e dois quiosques – km 53,7;
- * Sanitário e dois quiosques na área de descanso/Bica – km 56,7;
- * Quatro quiosques na área de descanso – km 59,4;
- * Dois quiosques na área de descanso – km 68,1;
- * Abrigo rústico, sanitário e dois quiosques – km 70,7;
- * Reforma de residência para pesquisadores – Ribeirão de Pedra – km 74,2.





VIII. Plano de Contingência e Gerenciamento de Riscos para os Parques

O aumento de visitantes nos parques faz aumentar a possibilidade de ocorrerem incidentes e acidentes. Provocados por condições climáticas adversas e também pela exposição dos visitantes aos riscos, é essencial conhecer e avaliar o conjunto de situações que possam gerar danos, estabelecer o conjunto de medidas necessárias para reduzi-los e orientar os visitantes quanto aos riscos inerentes aos ambientes naturais e às atividades.

Neste contexto, as administrações dos parques devem incorporar às suas rotinas os protocolos para atendimento dessas situações, tomando as providências corretas no menor tempo possível, prestando prontamente toda a assistência ao seu alcance. Envolvendo também a articulação com outras instâncias do poder público e organizações civis, o gerenciamento de parques deve se estruturar para atuar nessas situações.

O bom treinamento é parte indissociável do processo mais eficaz. A atuação de grupos voluntários e o estímulo a sua criação devem ser considerados e previstos como importante complementação dos serviços públicos, bem como meio de integração com os diversos interessados, em especial as comunidades do entorno, prestadores de serviços e outros voluntários que atuam nas UCs.

O Plano de Gerenciamento de Riscos e de Contingências foi um importante estudo realizado de acordo com as especificidades apresentadas pelo diagnóstico de cada um dos parques abrangidos pelo Projeto. Tais planos servem de subsídio para a implantação e melhoria do sistema de segurança no turismo dentro dos parques.

Um produto inovador, tanto para a Fundação Florestal como para o Corpo de Bombeiros, o trabalho apresenta os riscos e perigos em cada uma das trilhas, quais medidas para minimizar os riscos, além de apresentar o passo a passo em caso de acidentes. Como re-

sultado da contratação, também foi apresentado um Manual para elaboração de planos de gerenciamento de riscos e planos de contingência e ministrado treinamento para os diversos grupos envolvidos com simulações e práticas das ações de emergência.

IX. Reforma da antiga cadeia e fórum de Ilhabela – Sede Administrativa

A antiga cadeia e fórum do município de Ilhabela é um edifício histórico e tombado pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo e foi reformado pelo Projeto de Ecoturismo em 2006. O prédio é a atual sede administrativa do Parque Estadual de Ilhabela e está localizado na Vila, região central do município e com grande circulação de moradores da cidade e de turistas.

O espaço tem despertado grande interesse entre os turistas e moradores da cidade, que visitam o edifício na expectativa de obter informações adicionais sobre o espaço e de visualizar o restauro existente nas paredes. A arquitetura do edifício e das janelas permaneceu inalterada. As salas do primeiro andar estão com exposições temáticas e no piso superior há um auditório e o escritório da Fundação Florestal.

X. Equipamentos e Aquisições

Além das obras e serviços, o Projeto adquiriu equipamentos e materiais para auxiliar as equipes dos parques, seja para o escritório, com a aquisição de computadores, impressoras, seja para a fiscalização e manutenção das atividades dentro das UCs, tais como: ferramentas para trilhas, bússola, trena, roda métrica, facão, foice, máquina de poda, máquina fotográfica, além de ferramentas básicas para a implantação do plano de gerenciamento de riscos e contingências, como: maca e bolsa de resgate e materiais de primeiros socorros.







XI. Nova identidade visual para os Parques Estaduais

Uma das expectativas do Projeto de Ecoturismo era consolidar o turismo na sua área de influência, gerando novas oportunidades para o desenvolvimento econômico da região e assegurando um incremento na satisfação de visitantes, tendo como pano de fundo as UCs da Mata Atlântica mais eficientes e instrumentalizadas para a proteção da sua biodiversidade, servindo de modelo para a estruturação futura de outras áreas protegidas.

Com esse intuito, contratou-se uma consultoria especializada para a estruturação de unidades de negócios² dentro dos Parques Estaduais, incluindo a pesquisa, a concepção, o planejamento estratégico, o *ecobranding* e a definição de parâmetros de identidade visual.

A empresa contratada desenvolveu a proposta de nova identidade visual para os Parques Estaduais da Mata Atlântica, contemplando Caderno de Identidade Visual, projeto de comunicação visual e sinalização, criação de produtos elaborados e projetos executivos para as exposições nos Centros de Visitantes.

Tendo em vista que a Mata Atlântica é um ambiente espetacular, pontuado por uma diversidade surpreendente de espécies, de cores, de sensações, o primeiro passo para criar um projeto de identidade visual para os parques foi identificar os elementos que tornam essa floresta tão única. Todo o projeto de identidade visual – a paleta de cores, as formas, os diversos planos, a luminosidade – partiu desses elementos encontrados na natureza.

Também houve a preocupação de buscar uma identidade que unisse o conjunto dos parques paulistas, porém preservando as características individuais que distinguem cada um. Nesse contexto, valorizou-se por meio da combinação de grafismos, cores e traços, as particularidades de cada um dos parques. Almeja-se que os visitantes reconheçam essa identidade mesmo quando estiverem fora do contexto dos parques – por exemplo, quando a vir em camisetas, bonés ou livros.

Além disso, o projeto de identidade visual estabelece diretrizes para melhorar a experiência do visitante no parque, mediando sua interação com a natureza e acrescentando a ela uma camada de informação.



2. Conjunto de serviços de apoio aos visitantes como alimentação, hospedagem, pontos de comércio de produtos artesanais, serviços de bilheteria, passeios monitorados, exposições e outros serviços que possam vir a ser implantado para melhorar a visitação pública e gerar receita para o Parque.

XII. Nova Sinalização para os Parques

Dentro da proposta de nova identidade visual para os Parques Estaduais, toda a sinalização também foi reformulada, ganhando características mais informativas, tanto para orientação dos visitantes, como para segurança e orientação da UC.

A partir desta nova concepção, foi contratada uma empresa especializada para confeccionar e implantar as placas nos parques paulistas.

O novo sistema de sinalização inclui diversas categorias de placas:

- * **ADVERTÊNCIA:** alerta, riscos e ajuda para a segurança do turista;
- * **ALTITUDE:** indica a altitude na qual o visitante se encontra em determinado local da UC;
- * **CONTINGÊNCIA:** contém informações de segurança e contatos para situações emergenciais;
- * **ENTRADA DE TRILHA:** situa-se na entrada das trilhas, informa percurso, tempo estimado, nível de dificuldade, atrativos, mapa do percurso com altitude localizando os atrativos, mapa de desníveis e contatos emergenciais;
- * **IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES:** informa e fornece dados sobre a fauna e flora da região ou local;
- * **INDICATIVA:** orienta a existência de um atrativo e informa sobre o mesmo;
- * **INDICATIVA DIRECIONAL:** informa a direção do atrativo;
- * **INTERPRETATIVA:** contém textos e imagens que auxiliam na educação ecológica, no conhecimento da região e ensina conceitos;
- * **KILOMETRAGEM:** indica a distância em quilômetros na qual o visitante se encontra dentro da trilha;
- * **LOGOTIPO:** logotipo do parque para identificação;
- * **MENSAGEM DE PRESERVAÇÃO:** adverte o turista quanto à preservação do local, como não jogar lixo e o que pode ou não fazer;
- * **PLACA DIRETÓRIO:** placa de recepção do parque, contém texto sobre a UC, caracteriza os principais atrativos e mostra o mapa de todo o território do Parque;
- * **TOTEM PEQUENO E GRANDE:** identifica que o território pertence ao Parque Estadual.

Baseado em experiências anteriores nos parques administrados pela Fundação Florestal, o processo de confecção da sinalização foi amplamente estudado, levando-se em consideração aspectos especiais, tais como: manutenção, inibição à depredação, alterações causada por ambientes úmidos e quentes, uso de resíduos tóxicos etc.

Assim, as novas placas foram confeccionadas com chapas termoplásticas recicladas com acabamento da superfície com pintura especial, impressão digital do layout com tintas a base de pigmentos orgânicos em alta resolução, aplicação de verniz com ação fungicida e aplicação de película protetora antipichação e contra raios UVA e UVB. E, as estruturas dos totens foram confeccionadas com madeira plástica, do tipo que é comumente utilizado na confecção de dormentes de ferrovias.

As placas são um canal interessante para promover a educação ambiental e interpretação da natureza para os diversos públicos que visitam a unidade. Nesse sentido, o conteúdo das placas também foi cuidadosamente desenvolvido envolvendo técnicos, monitores, biólogos e pesquisadores. As placas foram confeccionadas em português e inglês, visando atender o público estrangeiro cada vez mais presente nos parques.

A sinalização representa importante intervenção da gestão pública nos parques, demonstrando a presença de administração, que orienta a visitação e mostra os cuidados especiais para o uso de áreas naturais protegidas.



“Mapear mais de 450km de trilhas, em apenas seis meses, identificando as intervenções necessárias para o uso público envolveu uma logística complexa. Assim, buscamos parceria com uma empresa líder em geotecnologias e desenvolvemos um novo método de coleta de dados em trilhas, inovador no Brasil. Conseguimos unir tecnologia de ponta com o conhecimento tradicional dos moradores do entorno”
 (Fernando Henrique de Sousa – Tamoios Inteligência Geográfica)

Visitação na Caverna do Diabo

- Calçado fechado obrigatório
- Para visitar, inscreva-se
- Acesso somente com monitores ambientais cadastrados
- Ingresso R\$ 10,00 por pessoa
- Apresente seus ingressos na entrada para o monitor ambiental
- Verificar o número de pessoas por grupo com o monitor ambiental
- Permitida a entrada de um grupo a cada 20 minutos
- Proibido fumar



Espeleotemas

Os espeleotemas são formações de cristais que surgem de soluções de água combinada com minerais dissolvidos que circulam nas rochas calcáreas. Devido a diferença de pressão, essas soluções liberam gás carbônico na atmosfera das cavernas e formam depósitos no teto, nas paredes e no chão. Com o passar de muitos e muitos anos, vão surgindo verdadeiras esculturas naturais, como as que você pode observar na Caverna do Diabo.

Helictites

Uma das espeleotemas mais surpreendentes. A força da cristalização é maior do que a da gravidade, fazendo com que os cristais cresçam para todas as direções.



Cascatas

Lembram cachoeiras de minerais, formadas pela água que escorre pelas paredes da caverna.



Cortinas

Surgem em tetos inclinados, onde a água escorre em vez de gotejar, formando listras coloridas que recebem o apelido de bacon.



Estalactites e estalagmites

São os espeleotemas mais comuns. As estalactites são as pontas presas ao teto, que se formam pelo gotejamento lento e constante. Já as estalagmites nascem no chão, onde a gota cai, geralmente bem embaixo de uma estalactite.



Colunas

Uma coluna nada mais é do que o casamento entre uma estalactite e uma estalagmite. Ambas vão crescendo até se emendarem no caminho. A partir daí, elas só crescem em largura.

Equilíbrio

A manutenção da vida natural depende de um equilíbrio delicado:

- entre indivíduos de uma mesma espécie: para se reproduzir, cuidar dos filhotes, buscar alimentos, se proteger.

- entre as diversas espécies: para se alimentar, dispersar suas sementes e seu pólen e até mesmo para abrigar-se.

- entre todas as espécies e o ambiente: espécies dependem da água, luz e solo.



XIII. Centro de Visitantes com exposições temáticas

Os Centros de Visitantes possuem múltiplos usos. Além de funcionar como espaços para a educação ambiental e conter informações específicas de cada parque, eles possuem a importante função de ser mais uma atração turística, complementando e diversificando a visita aos principais atrativos naturais. Nos Centros, o visitante se prepara para mergulhar nas belezas da mata e ter contato com a sua diversidade: cachoeiras, cavernas, trilhas, fauna, flora, além das comunidades do entorno.

O projeto criado para as exposições temáticas dos Centros de Visitantes baseou-se na construção de uma ideia que fosse capaz de transmitir a percepção espacial de uma visita à Mata Atlântica. As paisagens, compostas por rios, cavernas ou cachoeiras, são uma sequência de ricos elementos que vão formando cenários de grande beleza natural, e que se transformam gradualmente à medida que se percorre o espaço.

Com o intuito de criar um cenário que remetesse ao ambiente natural de cada parque, optou-se por estruturar o projeto expográfico em painéis suspensos, ilustrados e recortados. Eles sugerem camadas de silhuetas de mata e /ou caverna promovendo um percurso de visita, envolvendo o visitante e multiplicando as paredes do espaço expositivo. Além disso, reforçam a identidade que une os parques do Projeto.

Esse sistema de painéis, formado por cortinas expostas de maneira graduada, caracteriza-se por mudanças de cores, luz, texturas, ruídos e cheiros, em que cada elemento está relacionado a outros e sofre interferências desses. Os conjuntos dos elementos naturais, compostos por árvores, água, rochas, animais, formam cenários únicos em constante mutação.

O sistema de painéis proporciona uma flexibilidade de adaptação aos diferentes espaços dos seis parques em foco. Eles não só se adequam aos diversos espaços arquitetônicos, como também aos diversos temas focados em cada parque. Com a tecnologia de corte, os painéis podem assumir com precisão formas de intrincadas redes de floresta, flores e animais, bem como cachoeiras, rios, mar e caverna, valorizando as particularidades de cada UC.

Os painéis exibem fotos, textos, jogos e mapas, integrados numa única linguagem visual, com vários níveis de leitura e percepção. O ambiente conduz a leitura das informações de uma forma lúdica, sempre instigante. Os painéis estabelecem com o público um jogo de sedução, em que o conteúdo vai se mostrando aos poucos, sendo revelado à medida que a curiosidade conduz o visitante pelo espaço. A edição de textos e imagens alia a leitura rápida, em pílulas, ao grande impacto visual. ↵





A vibrant tropical beach scene. In the foreground, the curved edge of a boat is visible, painted with the name 'ORIANNY' in white capital letters. The boat's interior is a dark green color. The background features a sandy beach with several large, smooth boulders. A small cafe or seating area is set up on the beach, with two large black umbrellas and several red plastic chairs. A person in a green shirt is standing near the chairs. The background is dominated by a dense, lush green forest covering a hillside under a clear blue sky. The overall atmosphere is bright and sunny.

4

Desenvolvimento do
produto turístico na
área de influência do
Projeto

ORIANNY



Financiamento das atividades de assistência técnica e treinamento destinado às comunidades; aos micro, pequenos e médios empresários turísticos, e aos municípios da zona de influência dos parques para fomentar sua participação nos benefícios do Projeto.

Descrição da Estratégia

Desenvolvimento do produto turístico na área de influência do Projeto

4

Valores dos Investimentos

	Valores (R\$)	Empresas Contratadas
Capacitações comunitárias	985.557	Instituto Socioambiental
Plano de marketing turístico responsável	533.570	SPI
Material promocional para os Parques	488.279	Página Comunicação
Qualificação de micro e pequenas empresas de turismo	460.000	SENAC
Participação nas feiras Adventure Sport Fair	184.276	Diversas
Qualificação dos gestores municipais de turismo e meio ambiente	85.000	Manufatura de Ideias
Oficinas participativas	36.297	Diversas
TOTAL	2.772.979	

“Um importante efeito colateral do Projeto foi o trabalho conjunto entre os municípios vizinhos na região dos Parques, que viram o ecoturismo como uma indústria geradora de renda”

José Luiz Camargo Maia
Gestor do PE Carlos Botelho



Principais Ações

Desenvolvimento do produto turístico na área de influência do Projeto

I. Polos de Ecoturismo

Governança regional e integrada

Os Parques Estaduais e suas regiões de entorno apresentam, além de importante remanescente de Mata Atlântica preservada, destinações turísticas com potencial para atrair diversos visitantes interessados em vivenciar o local e o que seus atrativos têm a oferecer.

O visitante, para realizar uma viagem, necessita do apoio de diversos serviços e empreendimentos, tais como: meios de hospedagem, alimentação, serviços de receptivo turístico, monitores ambientais, postos de gasolina, centros de informação turística etc. Além desses serviços diretamente associados às atividades turísticas, os visitantes também podem ter contato com artesanato e cultura local, serviços de saúde, farmácias, bancos e outros estabelecimentos

que sejam necessários para complementar as experiências da visita aos destinos.

Em vista da rede de serviços e empresas envolvidas com a visita aos Parques Estaduais, o Projeto realizou ações voltadas para a organização e fortalecimento dessa Cadeia Produtiva do Turismo. Divididas em Polos de Ecoturismo, as áreas foram organizadas por meio de reuniões participativas, visando facilitar o envolvimento físico entre as pessoas interessadas. As ações foram realizadas regionalmente com o intuito de fomentá-las enquanto destinações, alinhando-as às políticas públicas estaduais e nacionais de turismo. Cada Polo de Ecoturismo tem como ponto de referência um dos Parques Estaduais e atua com atenção específica às áreas do entorno direto.

Polos de Ecoturismo e municípios englobados

PETAR

Apiaí
•
Iporanga



PEI

Capão Bonito
•
Guapiara
•
Ribeirão Grande



PECB

São Miguel Arcanjo
•
Sete Barras
•
Tapiraí



PECD

Barra do Turvo
•
Cajati
•
Eldorado



PEIC

Cananéia
•
Iguape
•
Ilha Comprida
•
Pariquera-Açu



PEIB

Ilhabela



A partir da delimitação geográfica, uma grande mobilização foi realizada pelo Projeto de Ecoturismo, envolvendo as instâncias públicas, privadas e comunitárias identificadas dentro dos Polos de Ecoturismo: gestores públicos municipais relacionados ao turismo e meio ambiente, empresários e/ou profissionais trabalhando direta ou indiretamente com as áreas, comunidades tradicionais já envolvidas ou interessadas em desenvolver atividades ligadas ao ecoturismo, ONGs e outras instituições atuantes nas regiões.

Além da articulação da Cadeia Produtiva do Turismo dos Polos de Ecoturismo, o Projeto visou também direcionar as ações para a região do entorno das UCs. Dessa maneira, as qualificações de gestores públicos, dos profissionais do setor de turismo e das comunidades tradicionais foram discutidas e planejadas dentro das reuniões dos Polos de Ecoturismo. Assim, os editais de contratações de capacitação previstas no Projeto de Ecoturismo foram embasados nas orientações e anseios locais, demonstrando uma preocupação com as demandas reais e continuidade das ações voltadas para mudanças concretas e para o desenvolvimento do ecoturismo na região.

Outro tema discutido e desenvolvido nos Polos de Ecoturismo foram os roteiros turísticos integrados. Os Parques Estaduais, apesar de incipientes, já são destinos visitados por um fluxo de visitantes nacionais, principalmente da região. Entretanto, além dos atrativos existentes dentro dos Parques, muitos outros podem ser visitados nas áreas do entorno da unidade. Diversos aspectos culturais, locais, históricos, centros urbanos, eventos folclóricos, festas gastronômicas, além de pousadas, restaurantes, lojas de artesanatos e outros equipamentos de apoio ao turista, localizam-se na região ao redor dos parques. Com o intuito de oferecer opções de roteiros aos visitantes e às agências de turismo, formataram-se circuitos que integram diversos atrativos turísticos da região com o respectivo Parque Estadual.

II. Capacitações comunitárias

Experiência de sucesso

As capacitações tiveram o objetivo geral de promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados diretamente aos visitantes, bem como o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo na região do entorno dos Parques Estaduais, juntamente com a própria UC.

O programa de qualificação foi dividido em três grandes grupos: gestores municipais responsáveis pelas pastas de turismo e/ou meio ambiente para qualificação quanto ao desenvolvimento e organização do turismo e integração regional; micro e pequenos empreendedores do segmento de turismo que já atuam na região de todos os parques contemplados pelo Projeto e almejam requalificação de seus serviços; e, comunidades tradicionais comprometidas com atividades relacionadas direta e/ou indiretamente com o turismo, focando nas atividades potenciais para desenvolvimento socioeconômico das populações que vivem na região dos Parques Estaduais “Carlos Botelho”, Intervalles, Caverna do Diabo e PETAR, de forma a agregar suas produções à atividade turística.

Para alcançar efetivamente os objetivos estabelecidos no programa de capacitação do Projeto, foi primordial a participação dos envolvidos de forma comprometida, responsável e protagonizada. Para isso, o Núcleo de Apoio à Cadeia Produtiva do Turismo do Projeto desenvolveu de forma participativa um plano estratégico de capacitação.

O processo iniciou-se com a realização de oficinas de planejamento participativo visando mobilizar interessados, levantar demandas por cursos e número de participantes, envolvendo os grupos de interesse para garantir a continuidade integrada desse plano.

As oficinas seguiram os princípios do enfoque participativo, com ênfase no intercâmbio de experiências e conhecimentos, tendo como ferramentas metodológicas apresentações, problematização, documentação, trabalhos em grupos e sessões plenárias, contando com o apoio de um moderador.



As oficinas com as comunidades ocorreram em outubro de 2008 nas sedes dos Parques Estaduais “Carlos Botelho”, Intervalos, Caverna do Diabo e Turístico do Alto Ribeira – PETAR, participando cerca de trinta comunidades que vivem no entorno dos parques, somando mais de 130 pessoas.

Buscando nivelar os conceitos entre os participantes, o moderador iniciou um bloco abordando o turismo integrado com as comunidades e UCs, com visão de trocas e de potencialização da atividade turística. Essa etapa teve o objetivo de levar os participantes a refletir sobre as atividades ligadas ao turismo desenvolvidas nas áreas de influência. A identificação dessas atividades permitiu, mais facilmente, a definição das grandes áreas para capacitação comunitária. Ainda foram orientados a identificar, em mapas, a localização exata de realização dessas atividades.

A partir das atividades identificadas na etapa anterior, os participantes, em plenário, definiram as áreas gerais de capacitação: Monitoria Ambiental, Hospitalidade, Produtos da Roça/Floresta, Produtos Culturais, Manejo Sustentável, Fortalecimento de Organizações/Comunidades e Planos de Negócio. Além dessa indicação, os participantes elaboraram uma matriz de capacitação, seguindo três campos orientadores: tipo de capacitação, parceiros e data/local (indicativos).

Para as capacitações comunitárias, foram oferecidos cursos em dez temas: Aperfeiçoamento de monitores ambientais, Artesanato tradicional, Gestão de projetos, Organização institucional, Elaboração de plano de manejo agroflorestal, Plano de negócios institucional, Plano de negócios de artesanato, Plano de negócios para produtos agroflorestais, Coleta de sementes e Apicultura e meliponicultura.

O processo de mobilização para as capacitações comunitárias enfrentou dificuldades na região relativas à comunicação, diante da falta de sistemas instalados de antenas, de rede elétrica e até mesmo em razão de estradas de difícil circulação. Mesmo assim, tal processo conseguiu ter abrangência por causa do forte envolvimento das instituições, grupos e lideranças comunitárias que atuam na região. A contratação de instituição com experiência em projetos anteriores na região e com conhecimento das comunidades tradicionais foi primordial para o bom resultado da mobilização.



Finalizados os cursos, os resultados obtidos foram: 323 inscrições realizadas, 46 módulos ministrados, 212 pessoas certificadas, 32 comunidades envolvidas de oito municípios diferentes. Os números refletem o interesse das comunidades em qualificar suas atividades para desenvolvimento regional e incremento da cadeia produtiva. A capacitação abrangeu também pessoas que atuavam em atividades extrativistas ilegais em áreas protegidas e que buscam novas alternativas econômicas, como o ecoturismo. Os cursos foram, em sua maioria, sediados dentro dos Parques Estaduais, propiciando a visita pelas populações que vivem na região. As atividades propiciaram aproximação entre os gestores dos parques e funcionários com as populações da região. Embora alguns cursos tenham sido realizados no período de alta temporada e, mesmo diante do curto tempo de divulgação e mobilização, a taxa de certificação atingiu 67%, ou seja, um bom percentual de alunos inscritos aproveitou os cursos até o fim.

III. Qualificação de micro e pequenas empresas de turismo

Os módulos oferecidos para a iniciativa privada foram: Cenário Atual do Turismo, Atendimento ao Cliente, Primeiros Socorros, Atividades Recreativas, Gestão de Turismo, Serviços de Alimentos e Bebidas, Noções de Meios de Hospedagem, Gestão de Alimentos e Bebidas e Gestão de Meios de Hospedagem. Os cursos foram ministrados durante o período de agosto de 2010 e agosto de 2011.

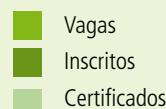
Os cursos foram ministrados por Polo de Ecoturismo, formado por grupo de municípios que trabalham o turismo regionalmente no entorno de cada um dos Parques Estaduais abrangidos pelo Projeto.

Como atividade que fortalece a organização dos Polos de Ecoturismo, as capacitações aos micro e pequenos empresários contribuíram para que as discussões abrangessem a região, e não apenas cada município.

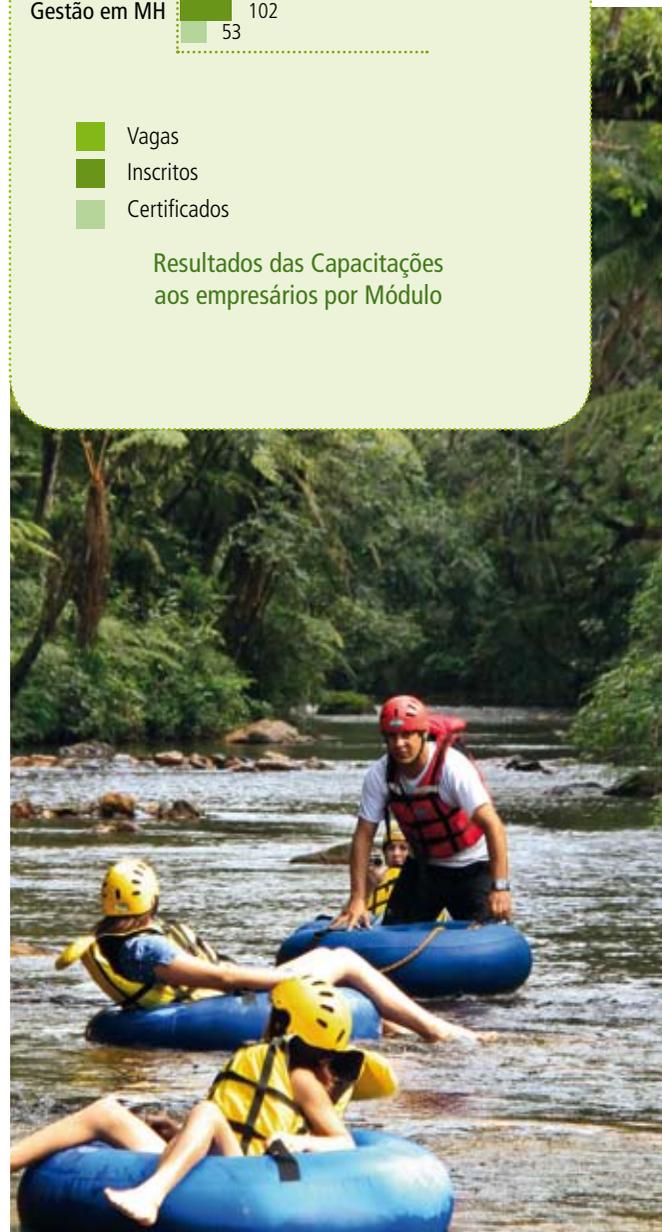
Ao final desse segmento de capacitações, foram ministrados 64 módulos distribuídos entre os seis Polos de Ecoturismo. A oferta de 2.000 vagas gratuitas obteve a inscrição de 1.368 pessoas e a conclusão por 944 profissionais.

O resultado de 69% de certificação, que mede o percentual de concluintes sobre o número de inscritos, foi satisfatório, atendendo um bom nível de qualidade dos cursos ministrados.

Verificou-se que o envolvimento da iniciativa privada no processo de qualificação do ecoturismo na região do entorno dos Parques Estaduais é um importante aliado para a formação de uma cadeia de atividades relacionadas à atividade turística.



Resultados das Capacitações aos empresários por Módulo



IV. Qualificação dos Gestores Municipais de Turismo e Meio Ambiente

Ainda com o objetivo de qualificar as pessoas envolvidas direta e indiretamente com o ecoturismo a fim de fomentar a organização da cadeia produtiva do turismo na região de entorno dos Parques Estaduais, realizaram-se capacitações voltadas aos funcionários das secretarias de turismo e meio ambiente das Prefeituras inseridas nas áreas de influência do Projeto de Ecoturismo.

As capacitações ocorreram entre julho e outubro de 2010. Participaram 30 pessoas que trabalham em 15 prefeituras diferentes, o que possibilitou uma aproximação e um intercâmbio de ideias entre gestores públicos da região do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e Ilhabela.

As prefeituras, representadas pelos secretários, diretores ou responsáveis pelo Departamento de Turismo e demais gestores municipais, foram consultados em uma primeira fase de articulação e sensibilização sobre os temas de maior interesse. O objetivo era fazer com que as capacitações fossem formatadas de maneira a atender às expectativas e necessidades dos participantes e às realidades específicas de cada municipalidade.

As capacitações ocorreram em quatro módulos:

- 1) Aula inaugural para alinhamento conceitual, realizada durante dois dias na Comunidade Quilombola de Ivaporunduva no município de Eldorado, na qual os participantes, com o apoio de um moderador, expuseram seus conhecimentos sobre turismo, meio ambiente, UCs, planejamento estratégico e elaboração de projetos para os municípios;
- 2) Aula sobre Plano de Desenvolvimento do Turismo, realizada no Parque Estadual Intervales, no município de Ribeirão Grande, com boas discussões sobre o mercado turístico, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e a potencialidade do ecoturismo nas UCs;



- 3) Aula de Planejamento Estratégico, realizada no PETAR, no município de Iporanga, na qual foram desenvolvidas atividades para o diagnóstico do turismo na região do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, definições de missão, objetivos e metas para um plano de ação conjunto entre os municípios, com a finalidade comum de fortalecer o ecoturismo como alternativa econômica sustentável da região;
- 4) Aula para Elaboração de Projetos, realizada no Parque Estadual “Carlos Botelho” no município de São Miguel Arcanjo, com atividades práticas e discussões de casos bem sucedidos para captação de recursos por meio de convênios e outros fundos mediante apresentação de projetos.

Ao longo dos quatro meses, além dos encontros presenciais realizados nos Parques Estaduais, os participantes também estreitaram a comunicação e troca de experiências por meio de um *blog* criado especialmente para a capacitação, bem como um grupo de *e-mails*, que funcionou como uma importante ferramenta para continuidade das atividades, extrapolando o intuito das capacitações.

Ao final dos cursos, verificou-se que alguns gestores estão em estágio avançado no planejamento turístico de seus municípios, alavancando recursos e projetos que promovem melhorias na receptividade e acessibilidade das destinações, além de um avanço no desenvolvimento de políticas públicas de turismo e meio ambiente. Outro aspecto amplamente discutido foi o trabalho em prol da regionalização do turismo no Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, angariando forças para ações conjuntas e integradas para o fortalecimento da região como um todo e não de municípios isolados.



V. Plano de Marketing Turístico Responsável

Para atingir a finalidade do Projeto Ecoturismo na Mata Atlântica, além das intervenções na infraestrutura, nos serviços relativos à visitação pública e no fortalecimento institucional, foram necessárias ações de marketing responsáveis para o adequado planejamento, distribuição, promoção e comercialização dos produtos dos Parques Estaduais envolvidos. Divulgou-se com destaque as Unidades de Negócios e os Centros de Visitantes implantados em cada parque, além da divulgação dos roteiros turísticos existentes e do sistema de trilhas e atrativos, bem como da área de influência enquanto destinação turística.

Nesse sentido, análises da situação atual dos produtos, a projeção de novos produtos e a qualificação da imagem, mensagem e marca são fundamentais na competitividade do turismo no mercado doméstico e internacional, contemplando estratégias adequadas para o fortalecimento do segmento de ecoturismo nos parques, bem como a consolidação da marca e suas políticas de preços/comercialização, distribuição e promoção.

Dessa maneira, é imprescindível, num cenário turístico de tamanha competitividade, estabelecer e posicionar produtos e destinos turísticos, projetar e captar demanda potencial para seu consumo por meio de diversificadas formas de comunicação, divulgação e comercialização, a fim de assegurar a qualidade da experiência da demanda planejada, consolidando assim a penetração dos produtos de modo consistente e efetivo, em especial no mercado interno.

Com a finalidade de elaborar um Plano de Marketing Turístico Responsável, foi contratada uma empresa em setembro de 2009. O Plano foi constituído em quatro etapas.

Como resultado da consultoria prestada, a empresa indicou o posicionamento mercadológico a ser adotado pelos Parques Estaduais:

- * principal público-alvo dos Parques da Mata Atlântica de São Paulo é oriundo das regiões metropolitanas vizinhas (Curitiba, São Paulo e Baixada Santista), pertencente à classe alta e classe média alta, que visita os parques por motivações relacionadas ao lazer, à contemplação da natureza e à prática de atividades esportivas;
- * principais concorrentes dos parques abrangidos pelo Projeto de Ecoturismo são: Parque Estadual da Ilha do Mel – PR, Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Brotas e Socorro, elencados com base na análise de dois vetores: grau de preservação ambiental dos atrativos e qualidade das infraestruturas de apoio à visitação.

A. Diagnóstico Turístico da Região e dos Parques
Análise da região
Estudo de mercado
Análise de boas práticas
Análise SWOT

B. Estratégia de Marketing
Metas e objetivos
Segmentação do mercado
Posicionamento
Imagem de marca

C. Marketing-Mix
Produtos turísticos
Estratégia de preço
Plano de Comunicação e de Promoção
Estratégia de comercialização

D. Sistema de Controle e Avaliação
Indicadores de sucesso
Metodologia de controle e avaliação

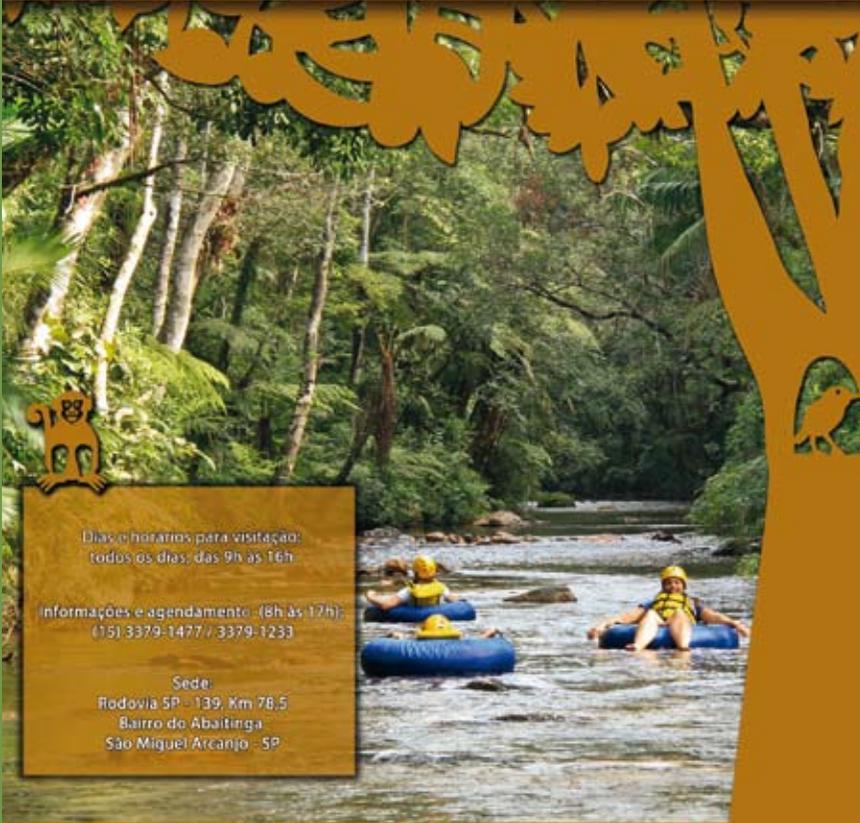
Plano de Marketing Turístico Responsável

Metodologia Geral do Plano de Marketing Turístico Responsável





PARQUE ESTADUAL CARLOS BOTELHO



Dias e horários para visitação:
todos os dias, das 9h às 16h

Informações e agendamento: (8h às 17h):
(15) 3379-1477 / 3379-1233

Sede:
Rodovia SP - 139, Km 78,5
Bairro do Abaitinga
São Miguel Arcanjo - SP

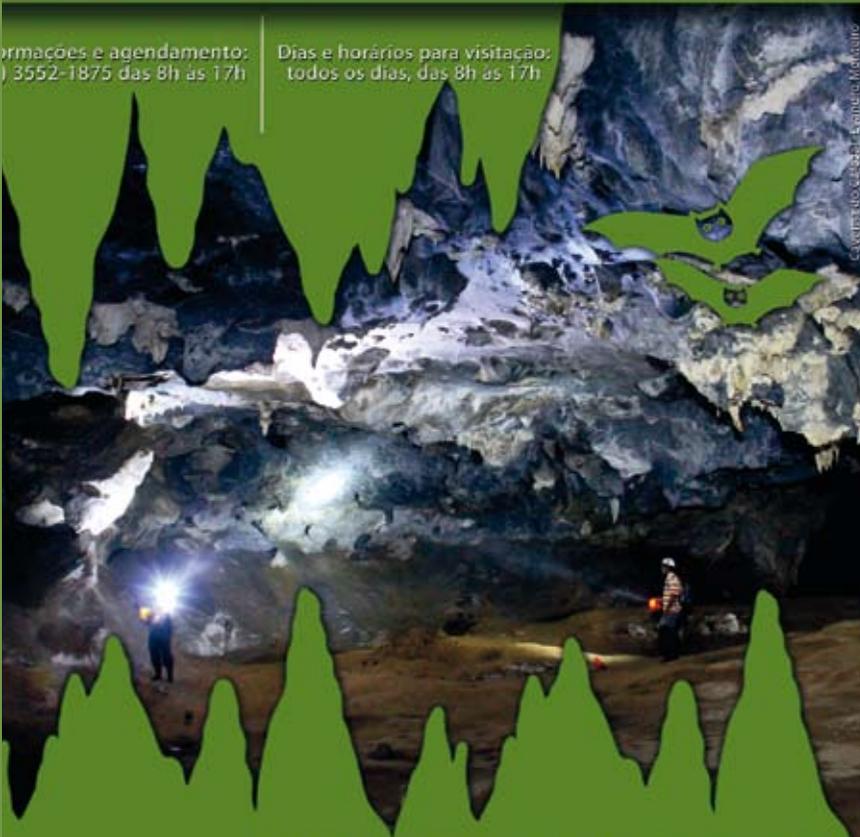
www.ecoturismo.sp.gov.br



PARQUE ESTADUAL PETAR

Informações e agendamento:
(15) 3552-1875 das 8h às 17h

Dias e horários para visitação:
todos os dias, das 8h às 17h



Sede - Av. Isidoro Alpheu Santiago, 364 - Apiaí - SP

www.ecoturismo.sp.gov.br

VI. Material promocional para os Parques

Com o objetivo de aumentar e diversificar a visitação nos Parques Estaduais, o Projeto de Ecoturismo desenvolveu materiais promocionais para divulgação dos Parques, seus atrativos e região de entorno.

Dessa maneira, a divulgação dos parques focou em:

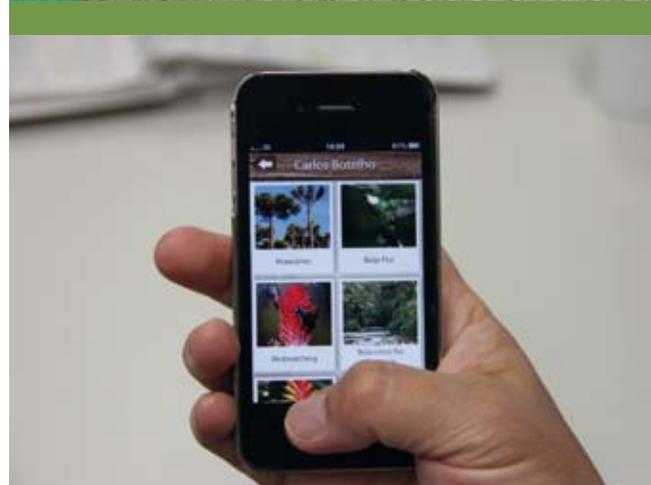
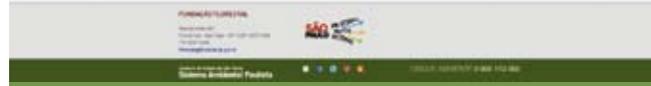
- * consolidar o ecoturismo nos referidos parques e entornos, promovendo-o enquanto fator de desenvolvimento social e econômico da região;
- * aumentar a visitação nos referidos Parques Estaduais e entornos, visando a promoção do desenvolvimento sustentável da região (atualmente tais Parques Estaduais recebem 150.000 visitantes ao ano);
- * diversificar o perfil de visitantes dos referidos Parques Estaduais, ampliando a conscientização ambiental do público em geral e estimulando o desenvolvimento econômico e social da região;
- * conscientizar os visitantes sobre o valor da biodiversidade encontrada na Mata Atlântica, promovendo práticas de mínimo impacto dentro das UCs e a adoção de ações sustentáveis social e ambientalmente na rotina cotidiana;
- * aprofundar e divulgar conceitos de Mata Atlântica, de Sítio do Patrimônio Mundial, de Reserva da Biosfera, de UCs e de Parques Estaduais.

Os produtos foram desenvolvidos por profissionais especializados e os resultados foram:

- * **SITE:** criação de um novo portal que apresenta informações detalhadas sobre a visitação nos Parques Estaduais contemplados pelo Projeto de Ecoturismo, tais como: como chegar, o que visitar, onde se hospedar, o que fazer, funcionamento e contatos dos parques. O novo site será constantemente atualizado pela Fundação Florestal com informações completas para todas as UCs abertas ao público - www.ecoturismo.sp.gov.br



- ✱ EXPOSIÇÃO VIRTUAL 360º: recurso fotográfico que permite visualizar diversos atrativos existentes dentro dos Parques Estaduais a partir de um tour virtual com visão 360º do cenário fotografado. A exposição faz parte dos novos Centros de Visitantes e também está disponível no novo *site* criado;
- ✱ VÍDEOS PROMOCIONAIS DE CADA UM DOS SEIS PARQUES ESTADUAIS com duração de cerca de 3 minutos, com áudio em português, e legendados em inglês e espanhol, apresentando os principais atrativos, estruturas de apoio, acesso e região de entorno. Foram distribuídos aos envolvidos com o mercado de ecoturismo e também disponibilizados no canal do You Tube da Secretaria do Meio Ambiente: www.youtube.com/playlist?list=PLIcQ1GPsdUfU9xoo6fg8u-rD-2PXVPW5s
- ✱ VÍDEO INSTITUCIONAL DO PROJETO DE ECOTURISMO com duração de 6 minutos, apresentando os principais resultados alcançados na área de abrangência do Projeto: www.youtube.com/watch?v=hM_LbUl-k2w&list=PLIcQ1GPsdUfU9xoo6fg8u-rD-2PXVPW5s&index=1
- ✱ MAPAS PARA CADA UM DOS PARQUES ESTADUAIS E UM MAPA DAS REGIÕES DO VALE DO RIBEIRA E ALTO PARANAPANEMA, nas versões em português (tiragem de 50.000 unidades), em inglês (tiragem de 10.000 unidades) e em espanhol (tiragem de 10.000 unidades);
- ✱ BANNERS PARA OS SEIS PARQUES ESTADUAIS, sendo que cada um dos parques recebeu dois *banners* sobre os seis parques do projeto e dois *banners* com informações específicas sobre o respectivo parque;
- ✱ APLICATIVO PARA SMARTPHONE E TABLET: guia virtual de apoio ao visitante com informações sobre os Parques Estaduais, pelo qual é possível conhecer as trilhas, atrativos e equipamentos disponíveis aos ecoturistas no Parque, com mapas interativos, fotos e vídeos. O aplicativo "Parques SP" está disponível para *download* gratuito nas lojas Google Play e Apple Store, com versões em inglês, espanhol e português.
- ✱ SERVIÇO DE FOTÓGRAFO contratado para criar um banco de imagens dos Parques Estaduais e regiões do entorno para subsidiar a criação dos materiais de divulgação. ✧



A group of people is hiking on a wooden staircase built into a steep, lush tropical forest. The forest is filled with various types of green plants, including large palm fronds and dense foliage. The hikers are wearing casual outdoor clothing, and some are using the wooden railings for support. The scene is captured from an elevated perspective, looking down the length of the staircase.

5

Fortalecimento da
capacidade de gestão
do ecoturismo



estabelecimento de núcleo de apoio, contratação de pessoal, proposta de tarifas, acordos, execução de cursos, adoção de sistema de informação, contratação de unidades de negócios, entre outras atividades de fortalecimento institucional.

Valores dos Investimentos

	Valores (R\$)	Empresas Contratadas
Assistentes técnicos para visitação	824.597	BK Consultoria
Política de Ecoturismo	179.000	Ruschmann Consultores
Capacitação dos Gestores de Parque em normas ABNT	47.000	Tamoios Engenharia
Capacitação pessoal - SMA/Parques	7.208	Fundap
TOTAL	1.057.805	

“É necessário continuar e aprofundar a discussão com as comunidades locais sobre o empreendedorismo e dar apoio para que as parcerias com as Unidades de Conservação sejam bem-sucedidas”
(Kátia Pisciotta – Gerência do Vale do Ribeira da FF)

“A contratação de ex-palmiteiros da Comunidade do Rio Preto para implantação de trilhas e atrativos nos Parques Estaduais foi muito importante para aumentar a autoestima desses jovens e também mostrar que existem outros empregos e opção de renda, além da extração ilegal de palmitos”
Geraldo Aguiar – Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Sete Barras

Descrição da Estratégia

Fortalecimento da capacidade de gestão do ecoturismo



5



Principais Ações

Fortalecimento da capacidade de gestão do ecoturismo

I. Estudo para formulação da Política de Ecoturismo

Foi realizada a contratação de estudo para subsidiar a formulação da Política de Uso Público e Ecoturismo para as UCs de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas e os processos para sua implantação. A empresa vencedora da licitação realizou esse estudo no período de abril a setembro de 2009.

A execução desse serviço incluiu cinco etapas de trabalho, que estiveram alinhadas com outras atividades e contratações paralelas no âmbito geral do Projeto. As etapas foram assim divididas:

- * cadastro dos prestadores de serviços e parceiros que atuam nas UCs;
- * estrutura de tarifas de acesso às UCs e serviços prestados;
- * controle e monitoramento das receitas e alocação dos recursos oriundos dos ingressos às UCs e demais serviços prestados;
- * Sistema de Informação ao Visitante;
- * Programa de Voluntariado em UCs.

Com base nos serviços executados, foi realizado um extenso levantamento de dados a cerca da visitação nos parques, incluindo fornecedores, público de visitantes e voluntários. Além disso, o estudo apresentou casos de sucesso implantados de políticas de ecoturismo no país e no mundo, descrevendo iniciativas interessantes passíveis de serem implantadas na realidade paulista. Os serviços incluíram investigações com os diversos grupos envolvidos com as atividades de ecoturismo e uso público existentes na atualidade e na região, visando elaborar um plano condizente com o SIEFLOR, ajustando às limitações de recursos e explorando a potencialidade dos atrativos.

II. Atos Normativos para Uso Público

Desde a instituição do Sistema Nacional de UCs da Natureza – SNUC (Lei Federal nº 9.9985 de 18 de julho de 2000), mudanças de gestão ocorreram também no âmbito estadual, para regulamentar a gestão do uso público nas UCs de proteção integral.

A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, entidade vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, orientada pela criação do Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR (Decreto Estadual nº 51.453 de 29 de dezembro de 2006 e Resolução SMA nº 16 de 03 de abril de 2007), estabeleceu atos normativos para implantação do ecoturismo nas UCs, conforme a tabela seguinte.



Atos Normativos	Descrição	Data de Emissão
Resolução SMA nº 059/2008	Regulamenta os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas UCs de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo	27/08/2008
Portaria Normativa FF nº 073/2009	Estabelece roteiro para elaboração do Plano Emergencial de Uso Público para as UCs com atividades consolidadas de visitação pública	27/02/2009
Portaria Normativa FF nº 075/2009	Dispõe sobre a atividade de escalada em rocha no Parque Estadual do Jaraguá	10/03/2009
Portaria Normativa FF nº 035/2010	Cria o Programa de Voluntariado no âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	29/03/2009
Portaria Normativa FF nº 142/2010	Dispõe sobre procedimentos da venda do Passaporte Trilhas de São Paulo nas unidades administradas pela Fundação	23/09/2010
Portaria Normativa FF nº 146/2010	Institui o plano emergencial de uso público do Parque Estadual Marinho Laje de Santos	18/11/2010
Portaria Normativa FF nº 151/2011	Dispõe sobre procedimentos para a venda da publicação "Guia de Aves Mata Atlântica Paulista – Serra do Mar e Serra de Paranapiacaba", nas UCs sob administração da Fundação Florestal	07/01/2011
Portaria Normativa FF nº 152/2011	Estabelece roteiro para elaboração do plano de gestão de riscos e de contingências para as UCs de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo	15/03/2011
Portaria Normativa FF nº 153/2011	Dispões sobre a atividade de <i>rafting</i> nas UCs administradas pela Fundação Florestal	18/04/2011
Portaria Normativa FF nº 166/2012	Dispõe sobre o sistema de cobrança de ingressos, serviços e utilização de dependências e equipamentos instalados nas unidades administradas pela Fundação Florestal	31/08/2012

III. Assistentes Técnicos para Gestão da Visitação Pública

A implantação de todos os estudos e obras do Projeto de Ecoturismo aumentou sensivelmente as atividades dos gestores e funcionários dos Parques Estaduais envolvidos no Projeto. Para contribuir com as novas demandas, foram contratados seis técnicos de visitação com formação superior nas áreas de Turismo, Biologia, Geografia, Gestão Ambiental e/ou Ecologia e experiência anterior com gestão de visitação em áreas naturais protegidas, para trabalhar diretamente nos Parques Estaduais.

A atividade de uso público em UCs constitui uma ação necessária no auxílio a proteção e conservação dos recursos naturais protegidos. Contudo, qualquer atividade que seja oferecida ao público deve garantir qualidade nas infraestruturas ofertadas, qualidade no atendimento e recepção dos visitantes, segurança e oportunidade de interação com o ambiente socio-

ambiental envolvido nas visitas. No planejamento dessas atividades é importante garantir que seja manejado de maneira segura o patrimônio ambiental e sociocultural, para que a atividade de uso público não se torne uma ameaça.

O serviço de assistência técnica foi realizado durante um período de dois anos, com início em fevereiro de 2009.

Além do apoio à execução das atividades relacionadas com as obras e serviços realizados dentro das UCs, os técnicos de visitação tiveram como meta desenvolver uma nova cultura de visitação e uso público e de forma padronizada nos Parques.

O acompanhamento direto e constante dessa assistência gerou importantes resultados para o avanço do ecoturismo nos parques:

- * avaliação da situação da visitação e uso público nos parques, por meio de levantamentos de informações, tais como: número total de visitantes, variação do número de visitantes nos últimos anos, áreas abertas ao uso público, áreas de maior concentração dos visitantes, tipos de uso público realizado (recreação, pesquisa, educação ambiental), formas de organização e manejo da visitação, infraestrutura e equipamentos disponíveis, entre outros;
- * implementação de padrões de recepção e prestação de serviços de ecoturismo, além de um controle estatístico de visitantes, motivo da visita, serviços utilizados, atividades realizadas, gasto médio, taxa de ocupação, etc;
- * apoio aos gestores dos parques na implantação e operação do sistema gerencial da visitação dos parques, que contempla agendamentos e reservas das acomodações e atrativos, normas e diretrizes para o ordenamento dos serviços prestados por terceiros, programa de monitoramento dos impactos, etc;
- * apoio para implantação das recomendações do plano de manejo e do plano de mitigação de impactos ambientais associados ao ecoturismo, incluindo os problemas relacionados às atividades ilegais, tais como caça, pesca e coleta de palmito que afetam o turismo, tanto no interior como no entorno dos parques;
- * apoio na supervisão das estratégias de articulação institucional entre o Parque e entidades públicas e privadas e moradores do entorno, para a melhor eficiência das ações do Projeto.

A experiência dos serviços prestados pelos Técnicos de Visitação nos parques contemplados pelo Projeto trouxe um grande desenvolvimento para a ordenação da visitação pública, orientando a importância para continuidade desse profissional na gestão do Parque. Apesar da finalização do contrato realizado, diversos procedimentos implantados pelos Técnicos foram incorporados às rotinas das UCs.

IV. Capacitação dos Gestores sobre normas ABNT de turismo de aventura

Criadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas de turismo de aventura e gestão da segurança vêm sendo aplicadas em diversas empresas que atuam no segmento de ecoturismo, com o intuito de zelar pela segurança dos praticantes e aumentar a credibilidade do mercado. O Brasil hoje é o líder no grupo de discussão da Organização Internacional de Padronização (ISO) sobre o tema.

O Projeto de Ecoturismo contratou uma empresa para oferecer capacitação em normas técnicas aos gestores dos parques e às equipes técnicas de UCs que tenham o uso público como uma de suas estratégias de manejo. O curso ministrado foi o primeiro desenvolvido com foco em UCs e objetivou contribuir para capacitar as equipes na melhoria dos processos de gestão do uso público, nomeadamente aquelas que são temas das normas: sistema de gestão da segurança, requisitos mínimos para produtos, como caminhadas e o espeleoturismo, informações mínimas a serem repassadas aos clientes, classificação de percursos, assim como as competências mínimas dos condutores em caminhadas e no espeleoturismo.

Realizado em julho de 2011 no Parque Estadual de Campos do Jordão, o conteúdo do curso foi:

- * ABNT NBR 15331 – Turismo de aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos;
- * ABNT NBR 15505-1 – Turismo com atividades de caminhada Parte 1: Requisitos para produto;
- * ABNT NBR 15505-2 – Turismo com atividades de caminhada Parte 2: Classificação de percursos;
- * ABNT NBR 15285 – Turismo de Aventura – Condutores – Competência de Pessoal;
- * ABNT NBR 15398 – Turismo de Aventura – Condutores de Caminhada de longo percurso – Competências de pessoal;
- * ABNT NBR 15399 – Turismo de Aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competência de pessoal; e

✿ ABNT NBR 15503 - Turismo de aventura — Espeleoturismo de aventura — Requisitos para produto.

Além do amplo conteúdo teórico apresentado pelos consultores, o curso foi importante por outros aspectos, como: verificar in loco as atividades de operadora de tirolesa e locação de bicicletas com procedimentos em conformidade com as normas ABNT e também gerar um importante debate entre os gestores e funcionários da Fundação Florestal a respeito do tema de gestão da segurança das atividades de ecoturismo e turismo de aventura, com vistas a criar um processo de formalização entre os parques e as operadoras de turismo. ✿



A photograph of two children, a boy and a girl, standing on a wooden walkway with railings. The boy is on the left, wearing a green hoodie with 'DISCOVERY Adventure' printed on it and dark pants. The girl is on the right, wearing a white shirt and blue patterned pants. They are both smiling and waving. The background shows a grassy area, trees, and a building with a red tiled roof. A green semi-transparent overlay covers the bottom half of the image, containing the number '6' and the text 'Resultados alcançados'.

6

Resultados alcançados



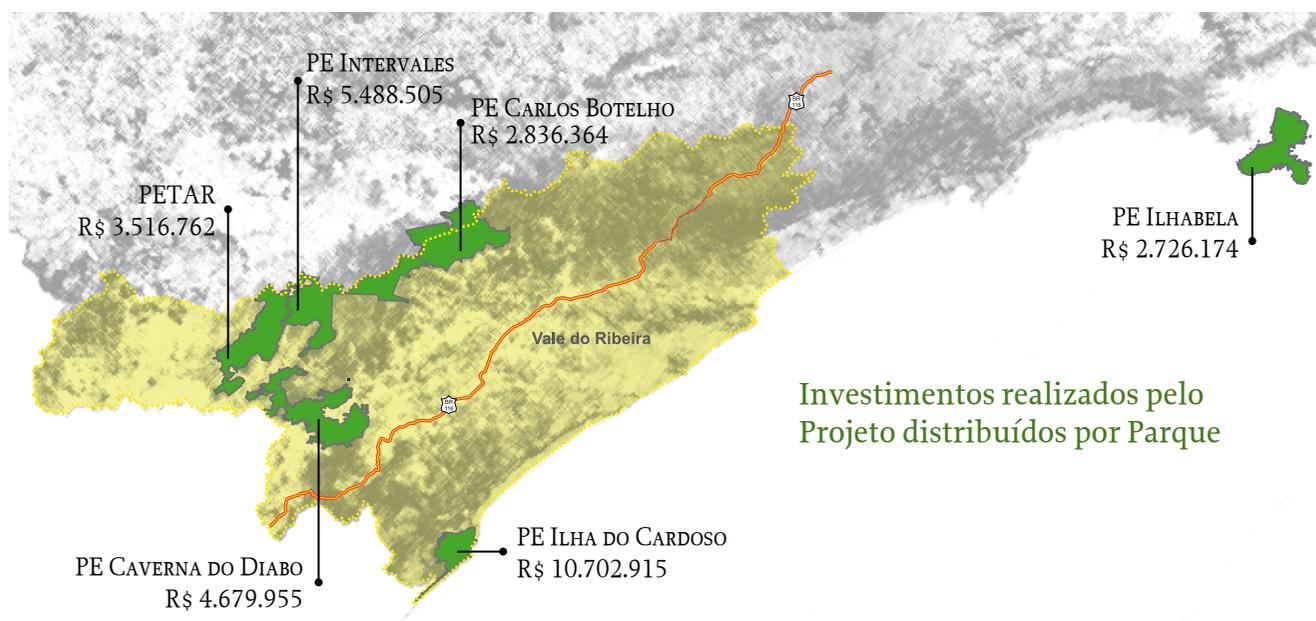
o final dos investimentos realizados pelo Projeto de Ecoturismo, totalizaram-se R\$30.352.131,00 de contratações executadas para os serviços, obras e aquisições nas seis UCs e na região do entorno abrangidas.

Na figura é possível verificar a distribuição dos investimentos por parque contemplado:



Efeitos diretos

Resultados alcançados



Na concepção do Projeto, alguns objetivos de desenvolvimento foram estabelecidos a fim de analisá-los ao final de sua execução. Para tanto, foram relacionados alguns indicadores chaves de efeitos diretos.

O primeiro propósito do Projeto foi consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência do Projeto, como estratégia de conservação da Mata

Atlântica e em apoio ao desenvolvimento socioeconômico da região. Os indicadores adotados para avaliar esse propósito, os valores medidos em 2005, no ano da concepção do Projeto, bem como o planejado como meta para o fim do Projeto e os números concretamente apurados ao fim da operação encontram-se na tabela a seguir:

Indicadores Chaves	2005	Planejado	Alcançado
Receita anual auferida pela visitação pública nos seis Parques do Projeto	R\$277.517,46	R\$400.000,00	R\$667.359,61*
Instrumentos normativos de inserção do ecoturismo como ferramenta de gestão nas UCs do Estado de SP	0	1	10*
% de parques estaduais com planos de uso público aprovados	0,0%	20,0%	37,8%*

* Dados Fundação Florestal (2012)

Analisando os indicadores relacionados ao desempenho dos Parques Estaduais e da Fundação Florestal, constatam-se bons resultados, sendo que todas as metas planejadas foram ultrapassadas. Verifica-se melhoria substancial no aumento da receita, criação de diversos instrumentos normativos de ecoturismo e aprovação

dos planos de uso público para as UCs do Estado.

O segundo propósito do Projeto foi organizar e consolidar as UCs da natureza como produtos turísticos. Os indicadores, os valores medidos em 2005, os planejados como meta e os apurados ao final do Projeto encontram-se na tabela abaixo:

Indicadores Chaves	2005	Planejado	Alcançado
Número de visitantes por ano nos seis parques do Projeto	170.000	300.000	198.839*
Receita média auferida pelos Parques Estaduais Intervalas, Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso e Turístico do Alto Ribeira, por visitante, por ano	R\$4,18	R\$6,00	R\$6,38*

* Dados Fundação Florestal (2012)

O indicador referente ao aumento da visitação não foi alcançado ao final do Projeto. Este resultado pode estar relacionado com o fato da divulgação dos parques ter ocorrido no período final do Projeto, e o aumento da visitação vir a ocorrer após a divulgação das novas estruturas de apoio aos visitantes e seus atrativos. Outro fator importante a

ressaltar consiste no fato de que os Parques Estaduais insulares têm dificuldade de controlar o acesso de visitantes, uma vez que embarcações chegam ao longo da costa, nem sempre passando pelos pontos de fiscalização do parque.

A evolução do número de visitantes ano a ano encontra-se detalhada na tabela abaixo:

Número de visitantes nos Parques Estaduais abrangidos pelo Projeto de Ecoturismo

Parque Estadual	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Carlos Botelho	14.175	16.384	16.288	32.966	35.128	13.327
Caverna do Diabo	27.545	9.198	24.453	26.162	26.871	27.143
Ilha do Cardoso	40.480	64.756	23.242	34.280	27.000	20.378
Ilhabela	22.280	14.756	35.535	39.106	54.606	83.972
Intervalas	9.756	7.098	7.175	16.083	15.778	16.718
PETAR	25.794	25.155	21.689	34.980	36.856	20.378
TOTAL	142.037	139.355	128.382	183.577	196.239	198.839

Já o indicador de receita média auferida por visitante demonstra um resultado positivo, uma vez que a receita gerada pela visitação teve um incremento considerável dentro dos parques.

Ao concluir as ações previstas pelo Projeto de Ecoturismo, ocorreu uma auditoria de consultor contratado pelo BID, a fim de averiguar os resultados obtidos, bem como medir questões relaciona-

das com a sustentabilidade, externalidades e lições aprendidas do Projeto. Além de um relatório escrito entregue ao BID, foi realizado em janeiro de 2013 o Seminário de Encerramento do Projeto de Ecoturismo, no qual ocorreu uma avaliação final de diversas pessoas envolvidas direta e indiretamente com o desenvolvimento do Projeto. A compilação da avaliação encontra-se a seguir.

Sustentabilidade

Resultados alcançados

As ações implantadas e os resultados alcançados pelo Projeto devem prever a sua continuidade após a conclusão, seja nos aspectos relacionados à sustentabilidade financeira e institucional, como também apoio público, participação da comunidade, compromisso do governo e incentivos especiais para sustentar os benefícios do Projeto.

Desenhou-se para a sustentabilidade do Projeto de Ecoturismo uma parceria com a Fundação Florestal. Como órgão responsável pela gestão dos Parques Estaduais beneficiados, firmou-se um convênio com a finalidade de fazer a manutenção das obras realizadas, dar continuidade às operações instaladas e acompanhar a gestão dos novos empreendimentos construídos dentro dos parques.

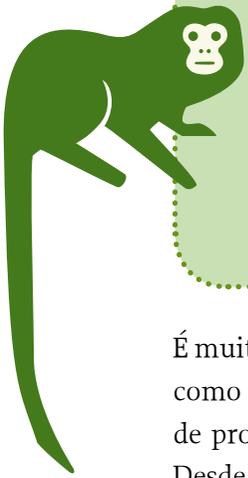
Para tanto, a Fundação Florestal direciona-se para a formalização de parcerias para a terceirização de serviços e uso dos bens públicos, prevendo a manutenção e eventuais obras. Para orientar esse processo, foi elaborada uma matriz de sustentabilidade, que estabelece as normas e condições a serem seguidas para a viabilidade dos negócios. Preocupado em atrair o interesse de potenciais concessionários, o governo apresentou um projeto de lei que estabelece um período de concessão maior do que o atualmente vigente que é de apenas cinco anos.

Outro aspecto voltado para a recuperação de custos e aumento da capacidade institucional de promover melhorias e fazer a manutenção dos parques, foi a implementação de uma política tarifária, pela Fundação Florestal, estabelecida com base em estudos realizados em 2010 no âmbito do Projeto de Ecoturismo. Implantada desde 2012, a cobrança de ingresso foi fundamentada numa análise de fatores como a atratividade (beleza cênica e nível de conservação do

meio ambiente), quantidade de estruturas e serviços aos visitantes e a quantidade de atrativos na unidade.

Outro ponto que é importante chamar a atenção é o do envolvimento das populações locais da região do entorno dos parques que clamam por maior participação e atuação dentro das UCs. Para manter possível essa relação, foi assinado um Decreto de parcerias pela Fundação Florestal (Decreto nº 57.401/2011 de 06 de outubro de 2011) que tem entre seus objetivos, assegurar a participação, além das organizações privadas, das populações locais. Além disso, o envolvimento e a movimentação social gerada com as qualificações, contratações e reuniões participativas durante a execução do Projeto, promoveram uma massa crítica na região. Os envolvidos constituem-se elementos de pressão para que a continuidade das ações e novas perspectivas sejam mantidas no futuro.





Lições aprendidas

Resultados alcançados

É muito importante para a própria análise do Projeto, como também para a o aprimoramento de execução de projetos futuros, identificar as lições aprendidas. Desde seu planejamento, passando pela execução e chegando à fase final de todo o processo, o Projeto de Ecoturismo foi analisado nessas perspectivas.

Começando pela fase de planejamento é fundamental elencar a necessidade em priorizar a estruturação de uma equipe permanente para o período de execução, com perfil e qualificações profissionais que estejam em conformidade com as atividades que serão realizadas. Ainda no momento de preparação das atividades, os órgãos estaduais, como a Procuradoria Geral do Estado e outros departamentos do próprio órgão executor, devem se reunir e estabelecer acordos para padronização de procedimentos e obtenção de melhor eficácia nas contratações e aquisições, atendendo às políticas correspondentes do BID. O relacionamento com grupos de interesse deve se estender para os possíveis beneficiários do Projeto em questão, envolvendo as populações das regiões do entorno dos parques na concepção de algumas ações, aproveitando conhecimentos e assegurando maior envolvimento, boa comunicação e comprometimento com a execução das atividades.

A participação dos grupos de interesse, como as comunidades locais e também os gestores dos Parques Estaduais, os membros dos Conselhos Consultivos, gestores municipais das Prefeituras abrangidas, entre outros, deve ser integrada no acompanhamento das ações do Projeto ao longo de sua execução. Um sistema de comunicação efetivo poderia aumentar a transparência, minimizar ruídos das mensagens, envolver os interessados e agilizar muitos processos. Ao longo da execução, o incentivo a ações inovadoras e

modernas relativas a construções mais sustentáveis poderia ter sido mais bem desenvolvido, a fim de obter modelos energéticos e econômicos.

É inexorável a projetos que perdurem por um período de tempo significativo que mudanças e inovações demandem avaliações, ajustes e realinhamento do inicialmente planejado. Um programa inovador como este, poderia ter um momento de avaliação na metade do seu tempo de duração, uma vez que adaptações e mudanças são necessárias para garantir que seus objetivos sejam atingidos. É importante, assim, prever essa flexibilidade de gestão para acompanhamento do Projeto.



Externalidades

Resultados alcançados

A implantação de um projeto na região produziu impactos que transcenderam os objetivos previstos. Sejam eles impactos positivos ou negativos, essas externalidades interferem em novos paradigmas, geram mudanças sociais e econômicas, proporcionam movimentos ambientais que ultrapassam os limites da área de abrangência do Projeto.

No caso do Projeto de Ecoturismo, é relevante destacar a importante contribuição para o aumento da relevância que o uso público ganhou dentro do Sistema Ambiental Paulista. A preocupação voltada exclusivamente para a conservação das áreas protegidas admitiu que o aumento da visitação, de forma orientada, fomenta a conscientização em prol da conservação da natureza. Além da pesquisa científica e fiscalização das UCs, a Fundação Florestal voltou-se para o desenvolvimento da visitação com mais ímpeto. Em 2009, foi criada na Fundação Florestal a Gerência de Visitação Pública e Ecoturismo (que passou em 2012 a ser o Núcleo de Novos Negócios e Parcerias para a Sustentabilidade), com o intuito de estender para todas as UCs do Estado, as ações implantadas pelo Projeto de Ecoturismo. A elaboração de Planos de Uso Público para as unidades, a criação de Câmaras Temáticas de Uso Público dentro dos Conselhos Gestores dos parques, a contratação de funcionários e monitores ambientais são alguns exemplos que demonstram o enfrentamento da preocupação ambiental sob uma nova perspectiva.

O ecoturismo, além de importante aliado para a conservação de áreas naturais, também é uma atividade econômica que favorece o aumento da renda tanto para a gestão do Parque, como também cria oportunidades de novos negócios e renda para o entorno. O aumento da movimentação de pessoas dentro dos parques, seja nas trilhas, seja nas sedes ou, ainda, nas áreas

“O envolvimento com a Consultoria Jurídica desde o início da concepção do Projeto é essencial para facilitar a execução das atividades, de acordo com a nossa legislação. Além disso, existe a necessidade de formar um corpo técnico capacitado para montar os Termos de Referência, que serão o suporte da licitação”

Dra. Silvia Helena Nogueira Nascimento
Procuradora do Estado e Chefe da Consultoria Jurídica
da SMA

de uso público inibe as atividades de extrativistas de palmitos e de madeiras e dos caçadores, que atuam ilegalmente na extração da fauna e da flora protegida.

As contratações de serviços e empresas feitas para a execução dos três componentes estratégicos promoveram a geração de empregos locais, tendo um impacto positivo para a economia da região. Além disso, alguns serviços contratados foram muito específicos, como os relativos à execução de trilhas e pontes suspensas, à elaboração de planos de contingências e de projeto executivo de iluminação em ambiente de caverna, entre outros, criando uma nova demanda no mercado, incitando a especialização das empresas e contribuindo para o conhecimento nacional e novas *expertises*.

O envolvimento de diversas pessoas, instituições e empresas em um Projeto que tem extensa área de abrangência é sempre um processo desafiador. Principalmente, quando os interesses são diversos, envolvendo relações conflitantes. As novas ações realizadas dentro dos Parques Estaduais geraram rumores nas comunidades do entorno. Espalhou-se a preocupação de que grandes empreendedores de turismo viriam de outras regiões para administrar as novas unidades de negócios dentro dos parques, gerando concorrência de mercado com força desproporcional à realidade dos empreendedores locais.

A repercussão de ações realizadas em prol da gestão das UCs no Estado de São Paulo atingiu abrangência nacional. O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo consolidou-se como importante referência para outras regiões e estados. Espera-se que além de importante marco na trajetória da gestão pública em áreas protegidas, os resultados obtidos e as lições aprendidas do Projeto sirvam de inspiração para a evolução das políticas públicas do segmento no país.

Perspectivas de futuro

Resultados alcançados

Após quase dez anos do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica notam-se significativos avanços nas condições de visitação das UCs do Estado de São Paulo. Entretanto, tal situação ainda está longe de construir uma sociedade de consumo que se torna mais responsável ao conhecer *in loco* um patrimônio que, no caso paulista, vale ressaltar, tem o reconhecimento internacional da UNESCO, como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade e como Reserva da Biosfera.

O novo conceito de experiência na excursão e pernoite, em especial nas UCs de Proteção Integral, vem sendo extrapolado potencialmente para todo o conjunto de UCs. Os procedimentos e processos administrativos e operacionais, quando financeiramente possíveis, passam a ser ampliados, considerando-se correções de percurso da própria experiência do Projeto de Ecoturismo, as realidades locais dos municípios/UCs envolvidos e o alinhamento gradativo com a nova cultura organizacional de hospitalidade ainda em consolidação nas áreas naturais protegidas pelo próprio Sistema Ambiental Paulista.

Mesmo diante do surgimento de diversas inovações no país com relação ao uso público nas áreas protegidas, sejam empreendidas por órgãos ambientais ou entidades do terceiro setor, é inegável que diante do contexto histórico de 2004/2005 (período de consolidação do escopo do Projeto e da aprovação do empréstimo na esfera do BID), se pode e se deve reconhecer o mérito inovador da proposta - que passou pelo crivo dos consultores do banco, de experts internacionais contratados, dos diversos comitês especializados no âmbito do banco, e, se constituiu inclusive em escopo de projeto inédito na esfera do extenso portfólio de investimentos na própria história do BID.

Alguns fatos notórios podem ilustrar acontecimentos na história do turismo no Brasil ao longo desse período de dez anos, auxiliando na compreensão panorâmica do contexto em que ocorreu a iniciativa



inovadora do Governo do Estado de São Paulo ao emprender o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica, a saber:

- ✱ na instância do Governo Federal, o Ministério do Turismo, criado em 2003, foi consolidado como órgão condutor da Política Nacional de Turismo, legitimado pela Lei Geral do Turismo (aprovada em 2008 e regulamentada em 2010), instituindo definitivamente no país uma Política de Estado. Desde então, há esforços institucionais para o fortalecimento do sistema nacional de gestão do turismo brasileiro, bem como planos estratégicos plurianuais específicos para o seu desenvolvimento. Vale destacar ainda, a mobilização especial dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e de Integração Nacional, na interface do fomento do turismo regional;
- ✱ na esfera do Terceiro Setor, destaca-se a criação da ABETA (2004) e do Instituto Semeia (2008), além da atuação cada vez mais presente do FUNBIO e da ECOBRASIL e dos projetos de turismo no Brasil da Conservação Estratégica;
- ✱ na esfera do setor privado, ressalta-se de maneira geral a expansão e crescimento das agências de ecoturismo – cujas precursoras estão baseadas na cidade de São Paulo – que iniciaram suas atividades utilizando como “matéria-prima” as UCs paulistas, com destaque para as do Projeto de Ecoturismo e do Parque Estadual da Serra do Mar. Infelizmente, a operação corrente nessas mesmas UCs apenas se dá de maneira customizada, e já não mais faz parte dos produtos principais dos portfólios de vendas, o que denota a maior competitividade no setor e as exigências do próprio mercado consumidor.

Além disso, conforme já foi observado no próprio Sistema Ambiental Paulista, se destaca a criação do SIEFLOR, que delegou à Fundação Florestal a incumbência da gestão de quase a totalidade das UCs do es-

tado de São Paulo. Vale lembrar, ainda, as normativas legais incidentes nas UCs, envolvendo processos de licenciamento em UCs e zonas de amortecimento (Resolução SMA nº 011, de 12 de fevereiro de 2010 e Portaria Normativa nº 143/2010), além de questões pertinentes a parcerias de natureza público-privada nas UCs (Decretos Estaduais nº 57.289, de 30 de agosto de 2011 e nº 57.401, de 06 de outubro de 2011).

No próprio âmbito do BID, entre 2004 e 2005, período de negociação e definição do escopo do Projeto, houve mudanças em sua política socioambiental para novos financiamentos, implicam em ajustes sucessivos não apenas no escopo, mas também na execução dos estudos preliminares demandados como condicionantes ao prosseguimento das negociações (Estudo Quali/Quanti de Demanda Turística Potencial para os Parques Estaduais do Vale do Ribeira – Segmento de Turismo de Lazer; Estudo de Demanda Receptiva Internacional do Segmento de Turismo Backpacker; Sondagem de Opinião de Agentes Distribuidores; Avaliação de Desempenho Econômico-Financeiro das Unidades de Negócios dos Parques Estaduais do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e Litoral Norte – Hospedagem / Alimentação / Entretenimento / Comércio; Avaliação das Modalidades de Parcerias para as Unidades de Negócios dos Parques Estaduais; Projetos Executivos Arquitetônicos das Unidades de Negócios).

Indubitavelmente, diante de tantos adventos no micro e macro ambientes do Projeto de Ecoturismo, não é difícil perceber a interferência no percurso e no ritmo da execução dos investimentos e ações em nível local e instâncias de governança envolvidas. Mais do que prever o futuro, a devida compreensão da trajetória percorrida – seus desafios e percalços - devem servir de lição para que este “projeto-piloto” venha a se constituir definitivamente em “programa institucional”, propiciando experiências de vida junto à natureza por turistas mais responsáveis, com cidadãos globais e sociedades mais sustentáveis. ✧



Imagens e créditos fotográficos

Érika Koga

Pag. 27 *Parque Estadual Carlos Botelho - Ponte na Trilha da Figueira*

Pag. 48 *Parque Estadual Carlos Botelho - Exposição temática no Centro de Visitantes*

Pag. 67 *Curso de Normas ABNT*

Evandro Monteiro

Capa *Parque Estadual Carlos Botelho - Trilha da Figueira*

Pag. 3 *Parque Estadual Carlos Botelho*

Pag. 6 e 7 *Parque Estadual Carlos Botelho - Vista do Mirante*

Pag. 8 *Parque Estadual Carlos Botelho - Trilha da Figueira*

Pag. 10 *Vinícola Limirio; Quilombo; Pescador na Ilha do Cardoso; Centro histórico de Iguape; morador da Comunidade do Bonete, Ilhabela; Igreja da Matriz em Iporanga*

Pag. 11 *Parque Estadual Caverna do Diabo*

Pag. 13 *Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira PETAR - Cachoeira Araponga*

Pag. 14 *Parque Estadual Carlos Botelho - Sete Barras*

Pag. 19 *Praia de Castelhanos, Ilhabela*

Pag. 20 *Parque Estadual Intervales - Gruta Colorida*

Pag. 22 *Parque Estadual Ilha do Cardoso - Chegada Núcleo Perequê e Trilha Suspensa do Manguenzal*

Pag. 23 *Parque Estadual Ilha do Cardoso - Instalações*

Pag. 24 e 25 *Parque Estadual Intervales - Mirante e Castelo de Pedra*

Pag. 26 *Parque Estadual Intervales - Trilha*

Pags. 28 e 29 *Parque Estadual Carlos Botelho - Trilha das Bromélias*

Pag. 31 *Parque Estadual Caverna do Diabo - Interior da caverna e Centro de Visitantes*

Pags. 32 e 33 *Parque Estadual Caverna do Diabo - Interior da caverna*

Pag. 34 *Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira PETAR - Caverna Temimina e Centro de Visitantes no Núcleo Santana*

Pag. 35 *Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira PETAR - Vista do Vale do Ribeira no interior do parque*

Pags. 36 e 37 *Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira PETAR - Caverna Água Suja*

Pag. 38 *Parque Estadual Carlos Botelho - Quiosque na Estrada-Parque*

Pag. 39 *Parque Estadual Carlos Botelho - Áreas de lazer e Portais*

Pag. 41 *Antiga cadeia e fórum de Ilhabela - Atual sede administrativa do Parque*

Pag. 42 e 43 *Praia de Castelhanos em Ilhabela*

Pags. 50 e 51 *Parque Estadual Ilha do Cardoso - Praia de Ipanema*

Pag. 52 *Praia de Castelhanos, Ilhabela*

Pag. 54 *Parque Estadual Ilha do Cardoso (acima)*

Pag. 57 *Parque Estadual Carlos Botelho - Boia cross*

Pag. 62 *Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira PETAR - Trilha do Betari*

Pag. 64 *Parque Estadual Intervales - Trilha das Cavernas*

Pag. 67 *Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira PETAR - Caverna Ouro Grosso*

Pag. 68 *Parque Estadual Carlos Botelho - Trilha das Bromélias*

Pag. 71 *Parque Estadual Intervales - Pousada Onça-pintada*

Pag. 72 *Bromélia*

Pag. 74 *Parque Estadual Ilhabela - Estrada-Parque*

Pag. 76 *Parque Estadual Carlos Botelho - Tucano-de-bico-verde*

Pag. 78 *Parque Estadual Intervales - Lago principal*

Daniela Kaneshiro

Pag. 27 *Parque Estadual de Ilhabela - Mirante na Trilha do Baepi*

Pag. 35 *Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira PETAR - Mirante e vista no Núcleo Santana*

Pag. 47 *Parque Estadual de Ilhabela - Placa interpretativa na Trilha do Baepi e Placa Diretório do Parque*

Acervo SMA

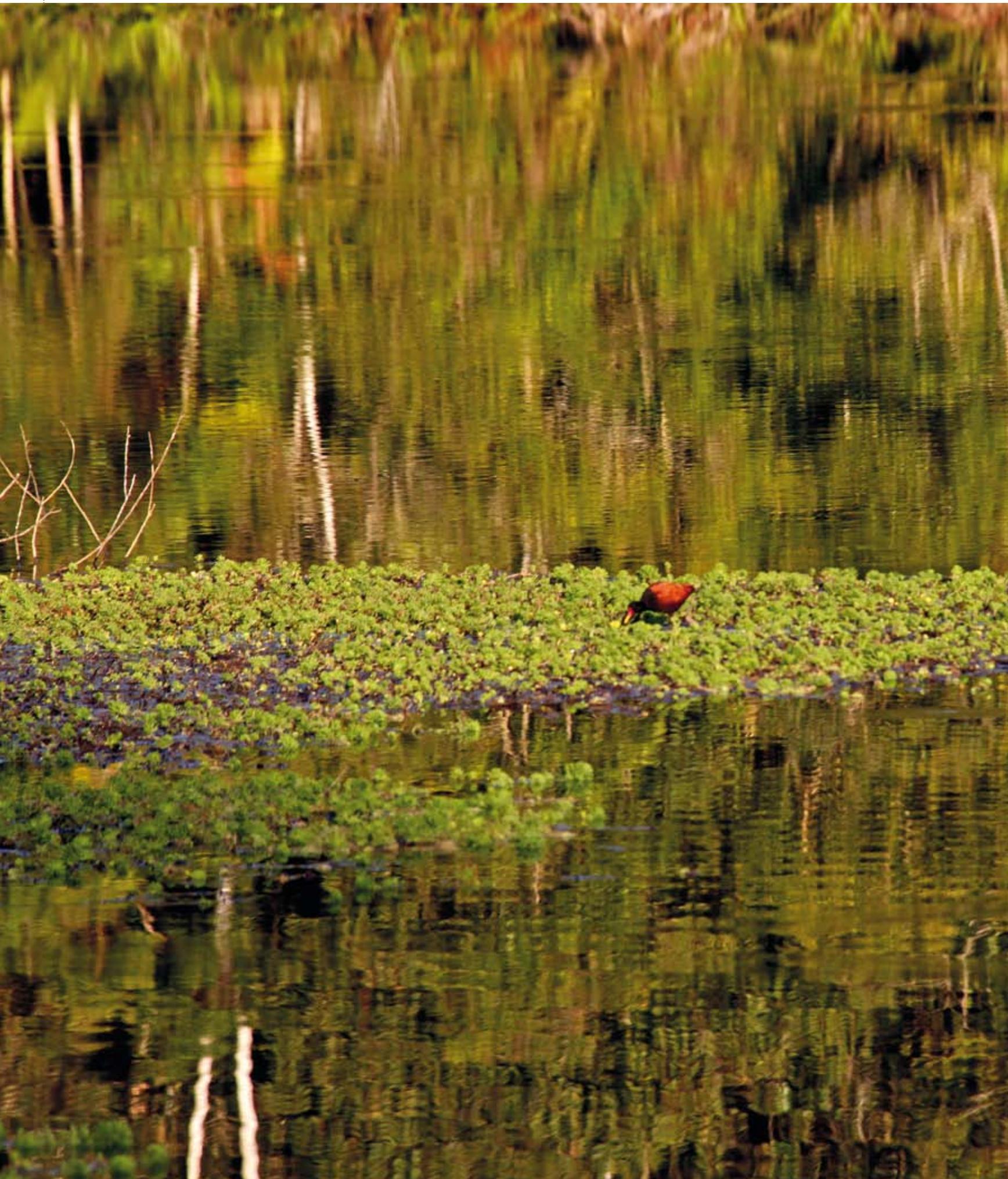
Pag. 27 *Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira PETAR - Ponte na Trilha do Betari*

Pag. 56 *Curso de Aperfeiçoamento de Monitores Ambientais e Curso de Artesanato*

Pag. 58 *Curso de Gestores Municipais - Quilombo Ivaporunduva*

Pag. 59 *Mata Atlântica*

Pag. 67 *Assistentes técnicos de Visitação*





Agradecimentos

Ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Governo do Estado de São Paulo pelo apoio financeiro que permitiu a realização do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no estado de São Paulo.

A todos que colaboraram com dados e informações utilizadas na elaboração desta publicação:

Claudia Frutuoso

Fabiana de Holanda

Fabricio Scarpeta Matheus

Geraldo Aguiar

Ginessa Côrrea Lemos

Katia Pisciotta

Tatiana Maffei

Aos especialistas, consultores e funcionários do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A todos os gestores dos Parques Estaduais envolvidos no Projeto de Ecoturismo.

A todos os participantes da Unidade de Preparação do Projeto e da Unidade de Coordenação do Projeto de Ecoturismo.

À Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

Aos funcionários da Chefia de Gabinete, das Coordenadorias, das Unidades da Secretaria do Meio Ambiente, do Instituto Geológico, do Instituto Florestal, da Fundação Florestal e da Cetesb.

A todas as comunicades locais, empreendedores de turismo e gestores das prefeituras das regiões do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema, e Litoral Norte.

E às demais pessoas que colaboraram para a execução deste Projeto.

ISBN

